

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO MAPINGUARI – RO/AM

VOLUME II - PLANEJAMENTO

BRASÍLIA, DEZEMBRO 2018

MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE

Edson Duarte – Ministro

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)

Paulo Henrique Marostegan e Carneiro – Presidente

DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ricardo Brochado – Diretor Substituto

**COORDENAÇÃO GERAL DE CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO**

Bernardo Brito – Coordenador Geral Substituto

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANO DE MANEJO

Ana Rafaela D'Amico – Coordenadora

COORDENAÇÃO REGIONAL ICMBio em Porto Velho – CR1

Simone Nogueira dos Santos – Coordenadora

CHEFE DO PARQUE NACIONAL MAPINGUARI

Antônio Elson Portela - Chefe

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DO ICMBIO

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO PARA AS UC FEDERAIS DO INTERFLÚVIO PURUS-MADEIRA (ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR 319)

Lilian Leticia M. Hangae – Supervisora

Ana Rafaela D`Amico

Mônia Laura Fernandes

Leila Sena Blos

Luciano de Petribu Faria

Luiz Felipe Pimenta de Moraes

Erica de Oliveira Coutinho

EQUIPE TÉCNICA

EQUIPE BASE – PLANEJAMENTO

Raoni Araujo Ferreira – **Consolidação do Diagnóstico (Volume I) e Planejamento (volume II) do Plano de Manejo**

Rogério Vereza – **Consolidação do zoneamento**

EQUIPE BASE – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

Katia Cury – **Coordenadora Geral do diagnóstico ambiental**

Gustavo Vasconcellos Irgang – **Assessor de Coordenação Técnica/ Coordenador Meio Físico**

Ayslaner Victor Gallo de Oliveira – **Coordenador Vegetação**

Solange A. Arrolho da Silva – **Coordenadora Ictiofauna**

Reginaldo Assêncio Machado – **Coordenador Herpetofauna**

José Flávio Cândido Jr. – **Coordenador Avifauna**

Júlio Cesar Dalponte – **Coordenador Mastofauna**

Ana Gabriela da Cruz Fontoura – **Coordenadora Turismo/Usos Públicos**

Rogério Vereza – **Análises do SIG**

EQUIPE BASE – DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO

Eduardo Antônio Audibert – **Coordenador de socioeconomia**

EQUIPE DE APOIO

Rogério Vereza – **Coordenador Executivo**

Eduardo Felizola – **Assessor de Coordenação Executiva**

Alexandre Irgang – **Especialista em Banco de Dados**

Andréia Aparecida Franco – **Pesquisadora Técnica Ictiofauna**

Celço Givanni dos Santos – **Pesquisador Técnica Vegetação**

Gelderson Pinheiro – **Pesquisador Técnico Usos Públicos**

Jamylle Souza – **Pesquisadora Técnica Mastofauna**

Leandro Lacerda Giacomini – **Pesquisador Técnica Vegetação**

Luiz Carlos Batista Turci - **Pesquisador Técnico Herpetofauna**

Reginaldo Carvalho dos Santos – **Pesquisador Técnico Ictiofauna**

Renata de Souza Oliveira – **Pesquisadora Técnica Vegetação**

Roberta Roxilene dos Santos – **Pesquisadora Técnica Meio Físico**

Rosalvo Duarte Rosa – **Pesquisador Técnico Ictiofauna**

Thaís Elias Almeida – **Pesquisadora Técnica Vegetação**

Vanuza A. Martins Oliveira – **Pesquisadora Técnica Ictiofauna**

Yuri Fernandes Gouvea – **Pesquisador Técnica Vegetação**

SUMÁRIO

1. HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO DO PN MAPINGUARI	7
2. VISÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	8
3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PN Mapinguari	9
4. MODELO CONCEITUAL E ESTRATÉGIAS	10
4.1 Estratégias e Cadeia de Resultados.....	13
4.1.1 Estratégia: Implementar estratégias de fiscalização utilizando recursos de inteligência e decisões estratégicas visando otimizar os resultados.....	14
4.1.2 Estratégia: Estimular e executar alternativas de renda para comunidades chave em relação às ameaças prioritárias.....	17
4.1.3 Estratégia: Implementar um programa de divulgação e sensibilização ambiental do PN Mapinguari	21
4.1.4 Estratégia: Garantir a execução de condicionantes adequadas e monitorar a operação das UHE que afetam diretamente o PN Mapinguari.....	24
4.1.5 Estratégia: Manejo do fogo para manutenção dos enclaves do Cerrado.....	27
5. PROGRAMAS DE GESTÃO	29
5.1 Programa de Proteção	30
5.3 Programa de Gestão, Administração e Fortalecimento Institucional.....	35
5.4 Programa de Educação Ambiental.....	37
5.5 Programa de Integração com o Entorno.....	38
5.6 Programa de Conhecimento – Pesquisa e Monitoramento	39
5.7 Programa de Uso Público.....	43
5.8 Cronograma de Implantação das Estratégias, Programas e Subprogramas.....	48
6. ZONEAMENTO DO PN MAPINGUARI	56
6.1 Zona de Preservação (ZPe).....	62
6.2 Zona Primitiva (ZPi)	63
6.3 Zona de Uso Extensivo (ZUEx).....	64
6.4 Zona de Uso Intensivo - ZUI	66
6.5 Zona de Uso Especial (ZUE).....	68
6.6 Zona de Uso Conflitante (ZUC).....	69
6.7 Zona de Recuperação (ZR)	70
7. NORMAS GERAIS	71
8. MONITORAMENTO DO PLANO DE MANEJO.....	74
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
10. ANEXOS.....	76
Anexo 1. Modelo Conceitual PN Mapinguari.....	76
Anexo 2. Estratégias e Cadeias de Resultados do PN Mapinguari.....	76
Anexo 3. Programas Especiais do PN Mapinguari	76
Anexo 4. Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção relacionados com o Interflúvio Purus-Madeira	76
Anexo 5. Tabela ROVAP PN Mapinguari	76
Anexo 6. Mapas gerais do Zoneamento do PN Mapinguari	76

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Objetivos para cada Alvo de Conservação.....	13
Tabela 2. Ameaças priorizadas para definição de estratégias	14
Tabela 3. Tabela Síntese referente a estratégia: Implementar estratégias de fiscalização utilizando recursos de inteligência e decisões estratégicas visando otimizar os resultados.....	16
Tabela 4. Tabela Síntese referente a estratégia: Estimular e executar alternativas de renda para comunidades chave em relação às ameaças prioritárias.....	20
Tabela 5. Tabela Síntese da Estratégia: Implementar um programa de divulgação e sensibilização ambiental do PN Mapinguari	23
Tabela 6. Tabela Síntese da Estratégia: Garantir a execução de condicionantes adequadas e monitorar a operação das UHE que afetam diretamente o PN Mapinguari.....	26
Tabela 7. Tabela Síntese referente à estratégia: Manejo do fogo para manutenção dos enclaves do Cerrado.....	29
Tabela 8. Matriz de atividades do Programa de Gestão	31
Tabela 9. Matriz de atividades do programa de Consolidação Territorial	32
Tabela 10 - Diagnóstico ocupacional do interior do Parque Nacional Mapinguari realizado no ano de 2013 pela equipe gestora da UC	34
Tabela 11. Matriz de atividades do Programa de Gestão, Administração e Fortalecimento Institucional...	36
Tabela 12. Matriz de atividades do Programa de Educação Ambiental.....	38
Tabela 13. Matriz de atividades do Programa de Integração com o Entorno.....	39
Tabela 14. Matriz de atividades do Programa de Conhecimento – Pesquisa e Monitoramento	41
Tabela 15. Matriz das pesquisas prioritárias do PN Mapinguari.....	42
Tabela 16. Matriz de atividades do Programa de Uso Público.....	44
Tabela 17. Atividades prioritárias de Uso Público para implantação na região dos Campos do Norte.....	46
Tabela 18. Atividades prioritárias de Uso Público para implantação na região do Mucuíim	46
Tabela 19. Cronograma geral de implantação das estratégias do PN Mapinguari	50
Tabela 20. Cronograma geral de implantação das atividades do Programa de Integração com o Entorno.	50
Tabela 21. Cronograma geral de implantação das atividades do Programa de Proteção	51
Tabela 22. Cronograma geral de implantação das atividades do Programa de Gestão, Administração e Fortalecimento Institucional	52
Tabela 23. Cronograma geral de implantação das atividades do Programa de Educação Ambiental.....	53
Tabela 24. Cronograma geral de implantação das atividades do programa de consolidação territorial	53
Tabela 25. Cronograma geral de implantação das atividades do Programa de Pesquisa e Monitoramento	54
Tabela 26. Cronograma geral de atividades do Programa de Uso Público	55
Tabela 27. Zonas do PN Mapinguari e suas respectivas áreas.....	56
Tabela 28. Zona de preservação, suas subdivisões e respectivas áreas	62
Tabela 29. Zona Primitiva, suas subdivisões e respectivas áreas.....	63
Tabela 30. Zona de Uso Extensivo, suas subdivisões e respectivas áreas.....	65
Tabela 31. Zona de Uso Intensivo, suas subdivisões e respectivas áreas	67
Tabela 32. Zona de Uso Especial, suas subdivisões e respectivas áreas	69
Tabela 33. Zona de Uso Conflitante, suas subdivisões e respectivas áreas	70
Tabela 34. Zona de recuperação, suas subdivisões e respectivas áreas	71

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Modelo Conceitual do PN Mapinguari	12
Figura 2. Implementar estratégias de fiscalização utilizando recursos de inteligência e decisões estratégicas visando otimizar os resultados: Modelo Conceitual.....	15
Figura 3. Cadeia de Resultado da Estratégia: implementar estratégias de fiscalização utilizando recursos de inteligência e decisões estratégicas visando otimizar os resultados	15
Figura 4. Estimular e executar alternativas de renda para comunidades chave em relação às ameaças prioritárias: Modelo Conceitual	19
Figura 5. Cadeia de Resultados: Estimular e executar alternativas de renda para comunidades chave em relação às ameaças prioritárias.....	19
Figura 6. Implementar um programa de divulgação e sensibilização ambiental do PN Mapinguari: Modelo Conceitual.....	22
Figura 7. Cadeia de Resultados: Implementar um programa de divulgação e sensibilização ambiental do PN Mapinguari.....	22
Figura 8. Garantir a execução de condicionantes adequadas e monitorar a operação das UHE que afetam diretamente o PN Mapinguari: Modelo Conceitual	25
Figura 9. Cadeia de Resultados: Garantir a execução de condicionantes adequadas e monitorar a operação das UHE que afetam diretamente o PN Mapinguari.....	25
Figura 10. Manejo do fogo para manutenção dos enclaves do Cerrado: Modelo Conceitual	28
Figura 11. Cadeia de Resultados: Manejo do fogo para manutenção dos enclaves do Cerrado.....	28
Figura 12. Ocupações temporárias PN Mapinguari	33
Figura 13. Zoneamento do PN Mapinguari	57
Figura 14. Detalhamento zoneamento PN Mapinguari - Porção norte da UC.....	58
Figura 15. Detalhamento zoneamento PN Mapinguari - Porção central da UC.....	59
Figura 16. Detalhamento zoneamento PN Mapinguari - Porção sul da UC	60
Figura 17. Zona de Amortecimento PN Mapinguari	61

1. HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO DO PN MAPINGUARI

O modelo de planejamento parte dos objetivos de criação de Unidades de Conservação definidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) assim como dos objetivos de criação dos Parques Nacionais brasileiros. A metodologia parte da construção da **Visão da UC**, isto é, uma declaração de como se projeta que a Unidade esteja num futuro próximo, considerando suas atribuições e objetivos legais designados pela categoria de UC, neste caso, de Parque. É a Visão que norteia o modelo de gestão e as estratégias a serem adotadas para assegurar que a Unidade cumpra esse objetivo de longo prazo. Para subsidiar a definição das estratégias para alcance da Visão, foi realizada uma análise estratégica da UC, apresentada no **Modelo Conceitual**. Com base nesta análise e nas estratégias, são determinados os **Objetivos** e **Metas** a serem alcançados que, por sua vez, direcionam as ações a serem executadas, descritas aqui nos **Programas de Gestão**, e regras a serem cumpridas, descritas pelo **Zoneamento da UC** e as **Normas Gerenciais Gerais**, que orientam o funcionamento das ações no Parque.

O Planejamento do PN Matinguari teve como premissa básica a consolidação dos documentos gerados a partir das atividades desenvolvidas visando a consolidação dos Planos de Manejo de 11 Unidades de Conservação (UC) do Interflúvio Purus-Madeira. Neste contexto, teve-se como documentos norteadores:

1. Diagnóstico Ambiental do PN Matinguari;
2. Diagnóstico Ambiental para Subsidiar a Elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319)
3. Desenho do Processo de Planejamento;
4. Relatório das Unidades de Paisagem Naturais do Interflúvio Purus-Madeira;
5. Relatório da Oficina de Uso Público do Parque Nacional Matinguari;
6. Relatório da Oficina de Consolidação dos Diagnósticos do Interflúvio Purus-Madeira;
7. Diagnóstico socioeconômico do PN Matinguari;
8. Relatório da Reunião Ampliada do Conselho Consultivo do PN Matinguari.

A partir destes documentos, a consolidação do Planejamento do PN Matinguari foi realizada com base no método proposto pela Aliança para as Medidas de Conservação (Conservation Measures Partnership – CMP), denominado Padrões Abertos para a Prática da Conservação¹.

Em 2015 realizou-se uma “Oficina de Consolidação do Diagnóstico”, no período de 29 de novembro a 4 de dezembro de 2015, em Porto Velho, Rondônia”. Nesse momento os Coordenadores dos temas estudados no Diagnóstico Ambiental apresentaram os resultados obtidos em campo e participaram da consolidação do diagnóstico, com a revisão e complementação dos Modelos Conceituais de cada UC. A oficina foi conduzida pela Equipe de Planejamento para os Planos de Manejo Integrados do Interflúvio Purus-Madeira e contou com a participação dos gestores das UC, dos consultores do Consórcio Greentec/MapsMut, responsável pelo Diagnóstico Ambiental e do consultor contratado para elaboração do Diagnóstico Socioeconômico da Reserva Biológica do Abufari e dos Parques Nacionais Nascentes do Lago Jari e Matinguari e do Interflúvio Purus-Madeira.

As atividades da oficina seguiram os passos para elaboração de projetos de conservação definidos pelos Padrões Abertos para a Prática da Conservação, e adotados na elaboração dos onze Planos de Manejo integrados. Nesta oficina elaborou-se a versão preliminar do Modelo Conceitual do PN Matinguari.

¹ A metodologia proposta advém das contribuições, testes de campo, discussões e debates entre os diversos membros da CMP como African Wildlife Foundation (AWF), The Nature Conservancy (TNC), Wildlife Conservation Society (WCS), World Wide Fund (WWF), Foundations of Success, entre outros. Este método está baseado no Manejo Adaptativo, com cinco passos que compreendem o ciclo da gestão de projetos: (i) Conceituar a área e o que se deseja alcançar no trabalho; (ii) Planejar as ações e monitoramento; (iii) Implementar as ações e monitoramento; (iv) Analisar os dados e avaliação de efetividade das atividades desenvolvidas e; (v) Documentar e compartilhar o processo.

Em julho de 2016, realizou-se a reunião ampliada do Conselho Consultivo para contribuições e adequações em relação à versão preliminar do modelo conceitual do PN Mapinguari. Nesta reunião, também foram discutidas questões relativas aos alvos de conservação, ameaças e fatores contribuintes.

Visando consolidar todo o processo de construção do planejamento do PN Mapinguari, baseado na metodologia dos Padrões Abertos para Conservação da Biodiversidade, entre os dias 28/11 a 02/12 de 2016, realizou-se em Brasília a reunião de estruturação do Planejamento do PN Mapinguari. Nesta reunião estiveram presentes a equipe do PN Mapinguari, a equipe de Planejamento do ICMBio e o consultor responsável pela consolidação do Plano de Manejo da UC.

No que tange ao Zoneamento da UC, este foi consolidado a partir do Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico do PN Mapinguari, dos resultados das Oficinas Participativas (oficinas de pesquisadores, oficina ampliada do Conselho Consultivo da UC e Oficina de Uso Público), assim como da reunião de estruturação do Planejamento da UC. Além disso, é importante salientar que os espaços definidos para as atividades com foco no turismo foram baseados no gradiente de classes de experiência do visitante, propostas pela ferramenta metodológica ROVAP, trabalhada durante a oficina de Uso Público para consolidação do Plano de Manejo.

Para consolidação do zoneamento do PN Mapinguari, também foram considerados os seguintes documentos orientadores para a definição das normas, objetivos, atividades e outros elementos referentes ao zoneamento:

- Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica. (ICMBio, 2011)
- Recomendações para o Planejamento de Unidades de Conservação no Bioma Amazônico – Série Cadernos ARPA (ARPA, 2009);
- Lições Aprendidas em Zoneamento de Unidades de Conservação – Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de Unidades de Conservação (WWF, 2015).

Tendo em vista que, o Planejamento da UC foi consolidado a partir de um método baseado no manejo adaptativo, este poderá ser revisitado e adaptado pela equipe da UC, de acordo com as diferentes realidades apresentadas em diferentes momentos e situações específicas, contribuindo para uma melhora na eficiência da gestão do PN Mapinguari.

2. VISÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A Visão de uma UC representa um estado ou condição ideal altamente desejável e, sobretudo, possível de se obter em médio prazo, possibilitando o cumprimento de seus Objetivos Específicos. Além disso, a visão deve ser construída pensando no alcance dos objetivos em relação aos Alvos de Conservação estabelecidos, tendo em mente a característica adaptativa do planejamento.

De acordo com CMP, a visão é a “descrição do estado ideal ou condição final que um projeto pretende alcançar. A visão completa pode incluir uma descrição da biodiversidade do sítio e/ou o mapa da área do projeto, assim como um resumo da declaração da visão (CPM, 2007). Neste sentido, a visão deve ser simples e sucinta, de modo que todos os envolvidos possam compreendê-la e buscar mecanismos de cumprimento da mesma. Neste contexto, a partir da consolidação das atividades desenvolvidas durante a elaboração do Plano de Manejo do PN Mapinguari, estabeleceu-se a seguinte visão de futuro:

“Que o Parque Nacional Mapinguari seja uma referência regional como área de conservação da biodiversidade de ambientes amazônicos, em especial os enclaves de Cerrado do Interflúvio Purus-Madeira, de uso público e pesquisas científicas, propiciando o desenvolvimento local e o bem-estar social.”

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PN MAPINGUARI

Os Objetivos Específicos consistem nos aspectos ambientais e sociais de caráter relevante e permanente a UC. Não quantificáveis e abrangentes, abordam os atributos naturais protegidos, as funções ecológicas que desempenham e o papel da área protegida na sociedade.

O estabelecimento de objetivos específicos orienta a gestão do PN Mapinguari, uma vez que tais objetivos são oriundos do processo de planejamento participativo e adaptativo. Desta forma, o planejamento das estratégias, planos e programas desenvolvidos buscam o alcance dos objetivos específicos.

- Para isso, foram considerados os objetivos para unidades de conservação definidos na Lei do SNUC (nº 9.985/2000), e o decreto de criação do PN Mapinguari, que define o seu objetivo: O Parque Nacional Mapinguari, foi criado com o “*objetivo de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, com destaque para importantes enclaves de savana do interflúvio Purus-Madeira, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico*” (Decreto de 5 de Junho de 2008).

Deste modo, os objetivos específicos do PN Mapinguari foram consolidados baseados nos artigos 4 e 11 do SNUC, no Decreto de Criação da UC e nos resultados do diagnóstico ambiental, das oficinas participativas e da oficina de estruturação do planejamento, sendo estes apresentados a seguir:

1. Garantir a integridade das florestas ombrófilas e suas interfaces com o Cerrado e Campinarana devido às suas características únicas de seus processos ecológicos e espécies associadas, contribuindo como barreira para o avanço do arco do desmatamento na Amazônia;
2. Contribuir para a consolidação e conservação do conjunto de Unidades de Conservação do Interflúvio Purus-Madeira, mantendo a conexão entre estas, ao Sul e ao Norte da BR-230.
3. Proteger os maiores enclaves de Cerrado e Campinaranas do Interflúvio Purus-Madeira, conservando a diversidade paisagística e de biodiversidade destes ambientes pouco alterados, de notável beleza cênica e mantendo seu isolamento de outras áreas abertas.
4. Proteger nascentes de importantes rios do Interflúvio Purus-Madeira assegurando a qualidade da água para a sustentabilidade da biodiversidade e da população humana da região do Interflúvio;
5. Conservar os recursos naturais e a biodiversidade na porção sul do Interflúvio Purus-Madeira para provisão dos serviços ecossistêmicos, como por exemplo, proteção de nascentes, reserva de carbono, manutenção da diversidade biológica e manutenção do equilíbrio ambiental, dentre outras;
6. Proteger as características relevantes de natureza geológica e geomorfológica, como as serras dos três irmãos e candomblé, sendo estas os pontos mais altos do Interflúvio Purus-Madeira;
7. Proteger populações de espécies do cerrado do Brasil Central que permaneceram isoladas nas áreas de enclave de áreas abertas naturais do Interflúvio Purus-Madeira, como por exemplo, veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), canção-da-campina (*Cyanocorax hafferi*), tuiuiú (*Jabiru mycteria*), rolinha-roxa (*Columbina talpacoti*), jararaca-pintada (*Bothrops mattogrossensis*), dentre outras;
8. Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional, como por exemplo, a onça-pintada (*Panthera onca*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), tatu-canastra (*Priodontes maximus*), dentre outras;
9. Promover o desenvolvimento de diferentes atividades ligadas ao ecoturismo e turismo de aventura, sendo referência no tema na região Amazônica e visando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, aliado à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais do PN Mapinguari;

10. Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais a partir da utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza, do uso público, da educação e interpretação ambiental;
11. Propiciar a geração de conhecimento sobre a sociobiodiversidade da região para diferentes públicos a partir do desenvolvimento de pesquisas, monitoramento e difusão das informações geradas;

4. MODELO CONCEITUAL E ESTRATÉGIAS

A análise estratégica é o processo pelo qual se analisa, interpreta e planeja as ações futuras do PN Mapeguari. Estas ações são baseadas a partir da análise do cenário atual do PN Mapeguari e de seu entorno, que foi construído no processo de planejamento e gestão da UC, com a participação de atores estratégicos – gestores e funcionários, representantes das instituições públicas e privadas locais e regionais, representantes do conselho consultivo, representantes das organizações civis locais e regionais, dentre outros.

A análise estratégica do PN Mapeguari tem como eixo norteador os diagnósticos temáticos específicos da UC, os diagnósticos temáticos das UC que compõem o interflúvio Purus-Madeira, o diagnóstico consolidado sobre o interflúvio, assim como os resultados das Oficinas temáticas de Planejamento Participativo e da reunião de estruturação do Planejamento do PN Mapeguari. A partir destes elementos norteadores, consolidou-se o modelo conceitual estratégico (figura 1), que sistematiza as questões discutidas, de ordem ambiental, social, política e cultural, trazendo ao planejamento os elementos fundamentais para uma gestão mais assertiva e eficiente da UC.

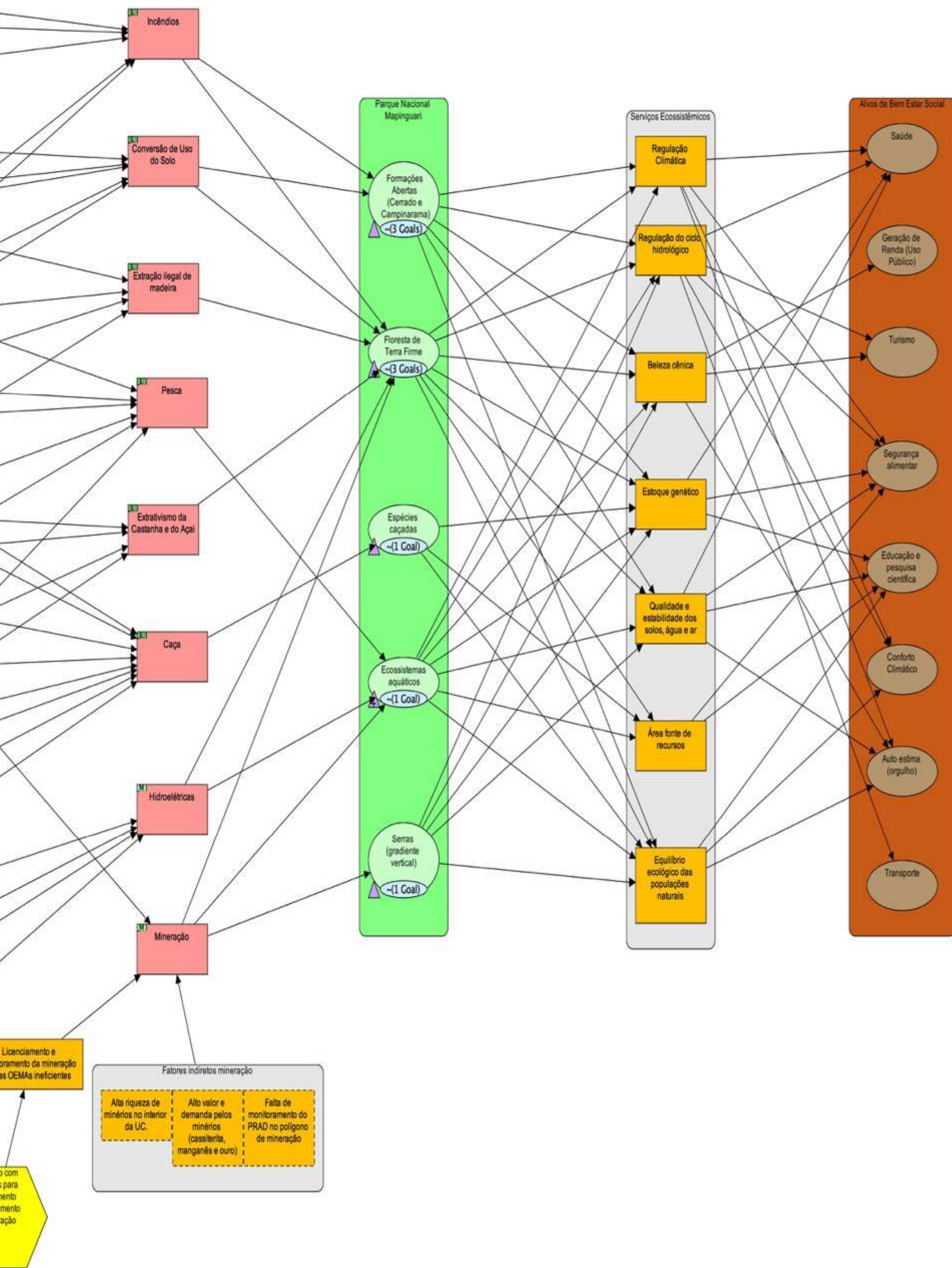
De acordo com a metodologia dos Padrões Abertos para Conservação, “o modelo conceitual é uma ferramenta útil, que representa visualmente as relações entre os diferentes fatores da sua análise situacional” (CMP, 2007). O modelo conceitual é um sistema de gestão, em forma de diagrama, que apresenta de maneira sistêmica as relações causais que influenciam o ambiente e as comunidades e que, portanto, são fundamentais para a gestão do território. Além disso, um bom modelo conceitual deve vincular explicitamente os alvos de conservação com as ameaças diretas que os afetam e com os fatores contribuintes (ameaças indiretas e oportunidades) que influenciam sobre as ameaças diretas. Um modelo conceitual identifica os pontos de intervenção onde uma equipe pode desenvolver estratégias que influenciarão aqueles fatores e também deve indicar quais dos fatores são os mais importantes para monitorar.

Neste contexto, o modelo conceitual do PN Mapeguari foi construído com os seguintes elementos:

- **Alvos de Conservação:** Também chamado de alvo de biodiversidade, pode ser um ecossistema, processo ecológico ou (conjunto de) espécies que se deseja ou se necessita conservar. Esses alvos de biodiversidade compõem o ambiente da UC, apropriado de maneira concreta ou simbólica pelas comunidades tradicionais que ali residem e/ou realizam suas atividades laborais. Desta forma, a conservação da biodiversidade é condição para a manutenção do modo de vida tradicional, desde que haja harmonia entre o ambiente, comunidade e gestão;
- **Serviços Ecossistêmicos:** Pode ser entendido como serviços básicos, oferecidos por espécies ou ecossistemas, que beneficiam a população humana. Como exemplo de serviços ecossistêmicos temos a disponibilidade de alimentos, remédios naturais, fibras, combustíveis, água, oxigênio, a garantia do bom funcionamento dos processos naturais como o controle do clima, a purificação da água, os ciclos de chuva, o equilíbrio climático, o oxigênio para respirarmos, a fertilidade dos solos e a reciclagem dos nutrientes necessários, por exemplo, para a agricultura, dentre outros serviços;

- **Alvos de Bem-Estar Social:** Condições de uma vida digna para população humana, de acordo com os conceitos do Millennium Ecosystem Assessment², ofertadas a partir da existência dos recursos naturais (alvos de conservação)
- **Ameaças Diretas:** Para cada alvo de conservação são identificadas as ameaças que os afetam, isto é, as ações humanas (ou fenômenos naturais agravados por atividades antrópicas) que, de maneira direta ou indireta, põe em risco o equilíbrio ecológico do alvo;
- **Ameaças Indiretas:** Fator (sociais, políticos ou econômicos) que perfazem a ameaça, sendo muitas vezes a sua origem ou vetor causador ou que impulsiona uma ameaça direta. Muitas vezes representa uma oportunidade para as ações de conservação;
- **Fatores Contribuintes:** São os fatores contribuintes para um elemento do modelo conceitual, incluindo as ameaças diretas e indiretas, as oportunidades e os atores associados. Usar este termo genérico muitas vezes é vantajoso já que muitos fatores – como, por exemplo, o turismo – podem representar tanto uma ameaça como uma oportunidade;
- **Estratégias:** A partir do modelo conceitual é possível desenvolver estratégias de conservação para os alvos de biodiversidade, ou seja, um conjunto de atividades e ações trabalhadas de maneira sistêmica e com um enfoque comum que objetivam a redução das ameaças

² Condições mínimas para uma vida digna: saúde; boas relações sociais; segurança e liberdade de escolha



O PN Mapinguari apresenta 5 alvos de conservação da UC:

- *Formações Abertas (Cerrado e Campinarana);*
- *Floresta de Terra Firme;*
- *Espécies Caçadas;*
- *Ambientes Aquáticos; e*
- *Serras (gradiente vertical)*

O detalhamento sobre os alvos foi apresentado no volume diagnóstico deste Plano de Manejo. Para cada um dos alvos de conservação, definiu-se os objetivos dos alvos (Tabela 1) e delineou-se também 5 estratégias prioritárias a serem adotadas visando a mitigação ou extinção das ameaças em relação aos alvos, para alcance dos objetivos definidos.

Tabela 1. Objetivos para cada Alvo de Conservação

Alvo de Conservação	Definição	Objetivo
Formações Abertas (Cerrado e Campinarana)	Fragmentos de savana existentes no Interflúvio Purus-Madeira compreendidos no interior do PN Mapinguari	Manter a composição de espécies nativas/ típicas da flora nas áreas de formações abertas
		Manter a ocorrência desejada de fogo nas áreas de campos naturais
		Manter a composição de espécies de fauna típicas de áreas abertas
Floresta de Terra de Firme	São formações florestais que ocupam terras próximas aos cursos d'água, porém, em áreas não inundáveis. As principais espécies deste tipo de formação são: quaruba, castanheira, caucho e guaraná.	Manter a cobertura florestal
		Recuperar áreas antropizadas
		Manter a integridade das Florestas de Terra Firme
Espécies Caçadas	São aquelas espécies cinegéticas de maior interesse por parte da população do entorno do PN Mapinguari	Manter populações viáveis de espécies caçadas
Eossistemas Aquáticos	São todos os cursos d'água presentes na UC, desde pequenos igarapés, até os maiores rios, como por exemplo, o Mucuim e Assuã	Manter a qualidade da água dos corpos hídricos do PN Mapinguari afetados pela mineração
Serras (gradiente vertical)	Formações serranas presentes no PN Mapinguari, principalmente em sua porção sul/ sudoeste (maciços Três Irmãos e Candomblé)	Manter a integridade das áreas naturais de Serra

4.1 Estratégias e Cadeia de Resultados

Para definição das estratégias e da cadeia de resultados para alcance dos objetivos e consequente manutenção e/ou recuperação dos alvos de conservação, utilizou-se do Modelo Conceitual do PN Mapinguari. A partir da priorização das ameaças e de seus fatores contribuintes, definem-se estratégias para mitiga-las ou extingui-las visando atingir os objetivos estabelecidos para cada um dos alvos de conservação diretamente ligados às ameaças. Os critérios utilizados para priorização das ameaças foram abrangência, severidade e irreversibilidade⁴. A seguir apresenta-se a tabela com as principais ameaças e sua relação com os alvos de conservação, conforme o Modelo Conceitual

⁴ Estes critérios estão definidos na metodologia dos Padrões Abertos para Prática da Conservação.

Tabela 2. Ameaças priorizadas para definição de estratégias

Ameaça	Alvo de Conservação
<i>Extração ilegal de madeira</i>	1. Floresta de Terra Firme
<i>Incêndios</i>	1. Formações Abertas (Campinaranas e Cerrado); 2. Floresta de Terra Firme
<i>Mineração</i>	1. Floresta de Terra Firme; 2. Ecossistemas Aquáticos; 3. Serras (Gradiente Vertical)
<i>Caça</i>	1. Espécies Caçadas
<i>Conversão de Uso do Solo</i>	1. Formações Abertas (Campinaranas e Cerrado); 2. Floresta de Terra Firme
<i>Pesca</i>	1. Ecossistemas Aquáticos
<i>Hidroelétricas</i>	1. Floresta de Terra Firme; 2. Ecossistemas Aquáticos;
<i>Extratativismo da Castanha e do Açáí</i>	1. Floresta de Terra Firme

Após a priorização dos alvos e ameaças⁵ foram elaboradas e priorizadas 5 estratégias para alcance mais efetivo dos objetivos estabelecidos em relação aos alvos de conservação, visando contribuir para um melhor planejamento e gestão da UC em relação aos resultados que se querem alcançar (cadeia de resultados em relação à estratégia definida).

A cadeia de resultados descreve a sequência de resultados previstos nas estratégias para a mitigação ou extinção das ameaças. Esta cadeia de resultados é uma ferramenta importante para construção das metas e indicadores que especificam as mudanças esperadas em relação às ameaças e às oportunidades que a gestão da UC deseja alcançar em curto e médio prazos. As declarações formais dos resultados (ou resultados intermediários), necessários para alcance dos objetivos de combate às ameaças, estão contidas nas cadeias de resultados definidas para cada uma das estratégias. Os resultados seguem expostos a seguir, de acordo com cada uma das estratégias definidas.

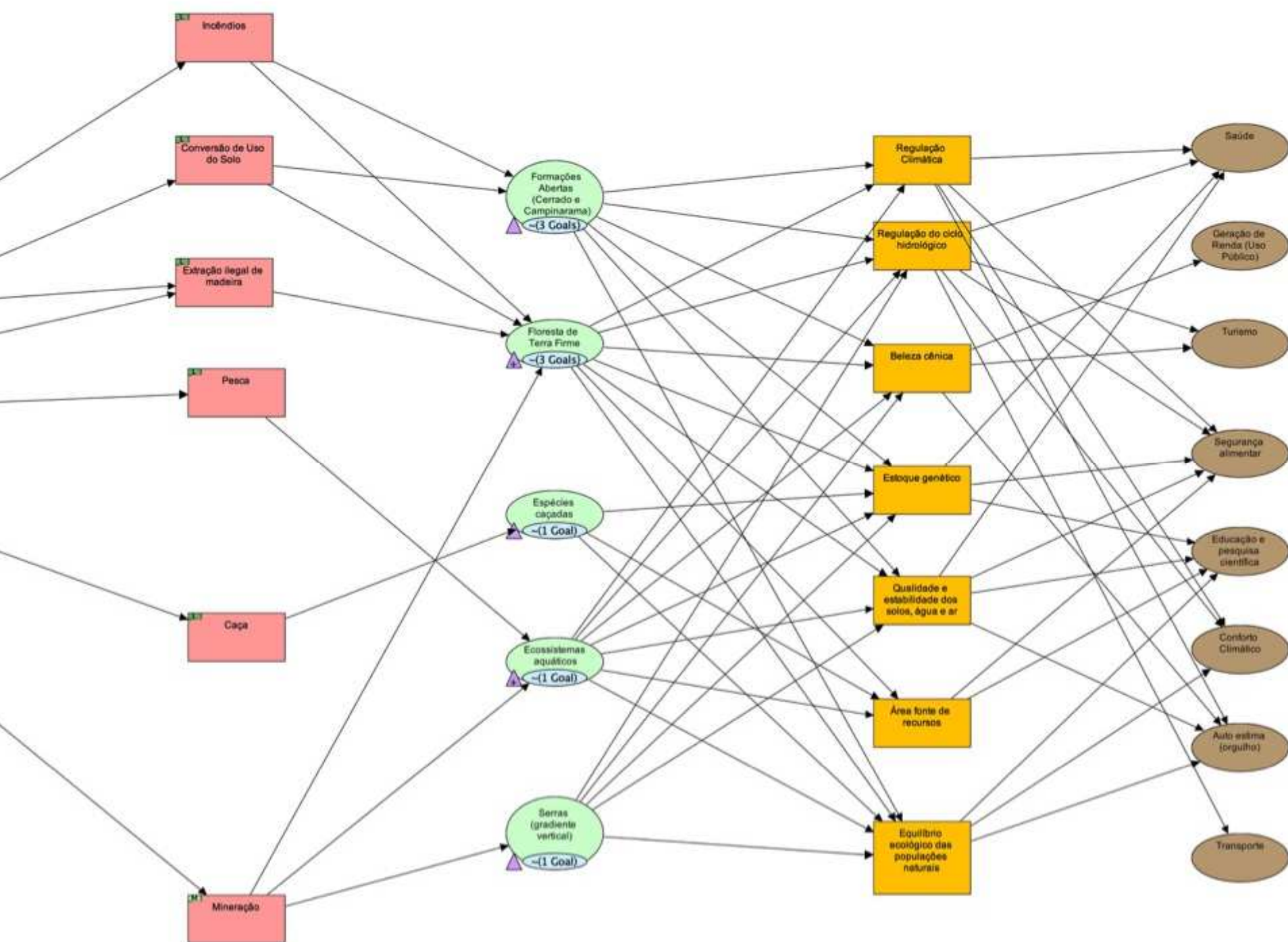
4.1.1 Estratégia: Implementar estratégias de fiscalização utilizando recursos de inteligência e decisões estratégicas visando otimizar os resultados

Esta estratégia tem como principal objetivo ***melhorar os processos de fiscalização do PN Mapinguari utilizando recursos de inteligência para garantir que os atos ilícitos sejam minimizados***, focando sobre todas as ameaças identificadas no contexto da UC, de acordo com o Modelo Conceitual, e desta forma contribuir para a diminuição da pressão sobre os alvos de conservação definidos. Para atingir ao objetivo principal, elencou-se uma cadeia de resultados intermediários, assim como os indicadores e metas a serem mensurados para uma melhor avaliação da efetividade dos processos adotados.

Pretende-se revisar o plano de proteção com definições de estratégias de inteligência e fiscalização, mapeamento e priorização dos vetores de pressão e ameaça, e implementar uma fiscalização estratégica mais eficiente, com apoio de parceiros e com insumos disponíveis, contribuindo para diminuição das ameaças sobre os alvos

⁵ Os Alvos de Conservação, assim como as ameaças foram detalhados no item Análise Situacional presente no diagnóstico do PN Mapinguari (Volume I do Plano de Manejo).

ênica e decisões estratégicas visando otimizar os resultados: Modelo Conceitual



Utilizando recursos de inteligência e decisões estratégicas visando otimizar os resultados

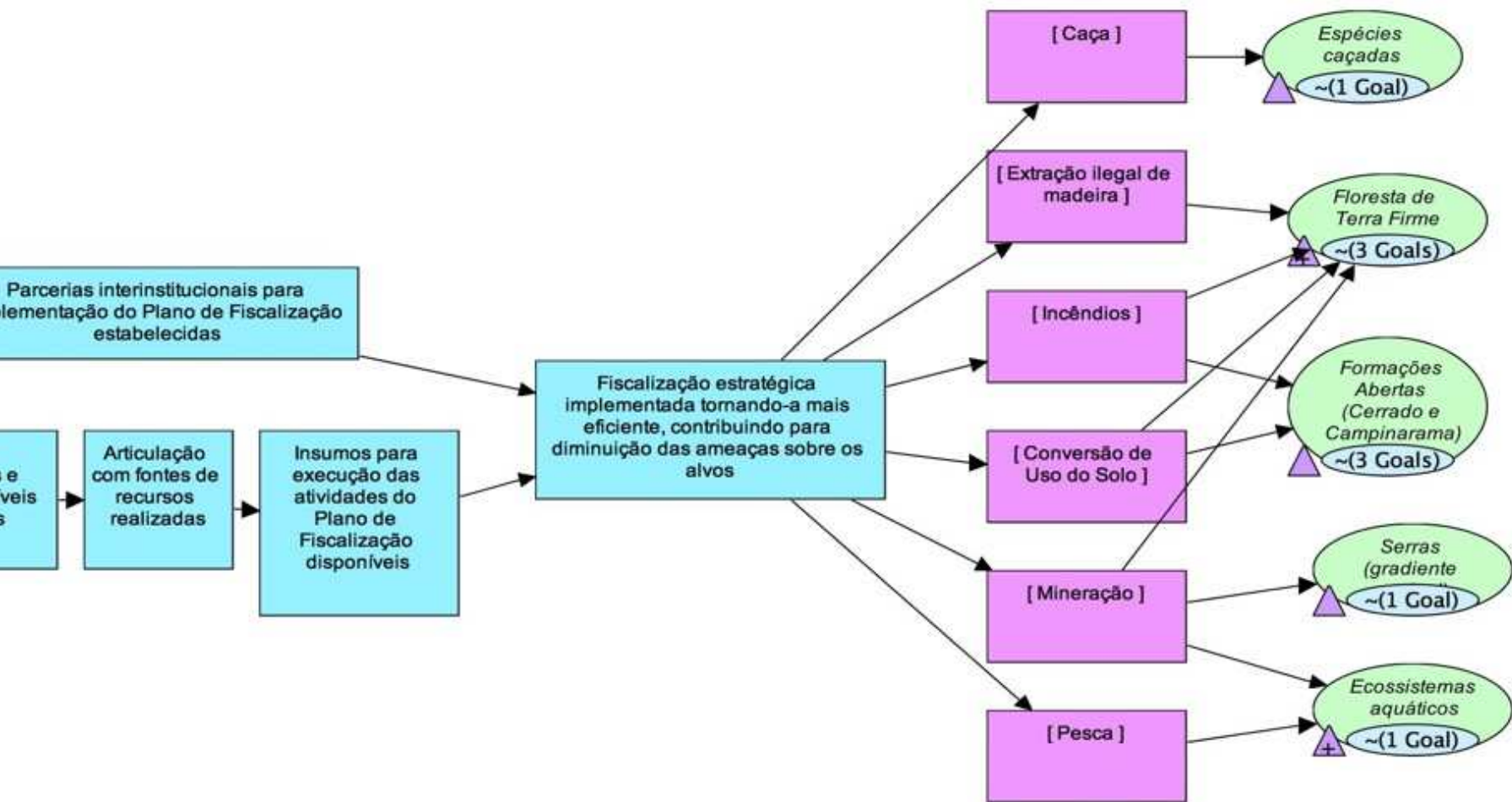


Tabela 3. Tabela Síntese referente a estratégia: Implementar estratégias de fiscalização utilizando recursos de inteligência e decisões estratégicas visando otimizar os resultados

Estratégia	Resultados Intermediários	Indicadores	Metas	Atores Envolvidos
Implementar estratégias de fiscalização utilizando recursos de inteligência e decisões estratégicas visando otimizar os resultados para a UC e o Interflúvio	Ter atores capacitados com expertise em inteligência participando da revisão do Plano de Proteção	Número de servidores capacitados no período de 3 anos	Capacitar no mínimo 2 servidores no período de 3 anos	ICMBio (Coordenações Gerais e UC do Interflúvio Purus-Madeira), IBAMA, OEMAS, INCRA, PF, Batalhão de Polícia Ambiental, SIPAM, PM, Exército, IFRO
	Estratégias de inteligência em fiscalização definidas	Realização de oficina com instituições chaves envolvidas no processo de definição das estratégias de fiscalização	Realização da oficina para definição das estratégias com no mínimo 3 instituições chaves a cada 3 anos	
		Definição de um protocolo para mensurar a efetividade das atividades de fiscalização	Definição do protocolo em até 1 ano após a aprovação do Plano de Manejo	
	Vetores de pressão e ameaças do PN Mapeados e priorizados	Ter os principais vetores de pressão e ameaças definidos e especializados	Principais vetores de pressão e ameaças do PN Mapeados e da ZA mapeados e priorizados no primeiro triênio da aprovação do Plano de Manejo	
	Plano de Proteção do PN Mapeados e priorizados	Execução das atividades de proteção baseadas em documento único	Plano de proteção consolidado no ano subsequente à aprovação do Plano de Manejo	
	Instituições chave mapeadas e contatadas	Número de aceite das instituições chave a participar das oficinas de consolidação das estratégias de fiscalização	3 aceites institucionais para participação das oficinas	
	Insumos necessários e fontes disponíveis mapeados	Definição dos insumos necessários e número de fontes disponíveis para custeio das ações de inteligência e ações de fiscalização	Fontes de insumos mapeadas para as ações de proteção a serem realizadas no primeiro triênio após aprovação do Plano de Manejo	
	Parcerias interinstitucionais para implementação do Plano de Proteção estabelecidas	Envolvimento das instituições chave na implementação do Plano de Fiscalização	Mínimo de 3 instituições envolvidas na implementação do Plano de Fiscalização em 3 anos	

Continuação tabela 3

Estratégia	Resultados Intermediários	Indicadores	Metas	Atores Envolvidos	
Implementar estratégias de fiscalização utilizando recursos de inteligência e decisões estratégicas visando otimizar os resultados para a UC e o Interflúvio	Articulação com fontes de recursos realizadas	Número de parcerias com fontes de recursos firmada, de acordo com as temáticas específicas do Plano de Fiscalização	Viabilização de recursos para realização de no mínimo 70% das ações previstas no Plano de Fiscalização	ICMBio (Coordenações Gerais e UC do Interflúvio Purus-Madeira), IBAMA, OEMAS, INCRA, PF, Batalhão de Polícia Ambiental, SIPAM, PM, Exército, IFRO	
	Insumos para execução das atividades do Plano de Fiscalização disponíveis	Dotação financeira das diferentes fontes assegurada para o Fiscalização	Execução de 100% dos recursos disponibilizados ao longo de 3 anos		
	Fiscalização estratégica implementada tornando-a mais eficiente, contribuindo para diminuição das ameaças sobre os alvos de conservação	Número de denúncias registradas e apuradas em relação aos principais vetores de pressão e ameaças	Atendimento de 90% das denúncias pertinentes após o processo de avaliação das mesmas		
		Número de protocolos de efetividade da fiscalização aplicados	80% das ações sejam efetivas de acordo com os objetivos estabelecidos no protocolo		
		Diminuição do número de vetores de pressão e ameaças sobre o PN Matinguari	Redução de 45% das ameaças e vetores de pressão sobre a UC em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo		
		Diminuição do número de vetores de pressão e ameaças sobre a ZA	Crescimento das ameaças e vetores de pressão sobre a ZA não ultrapasse 50% das condições atuais nos 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo		

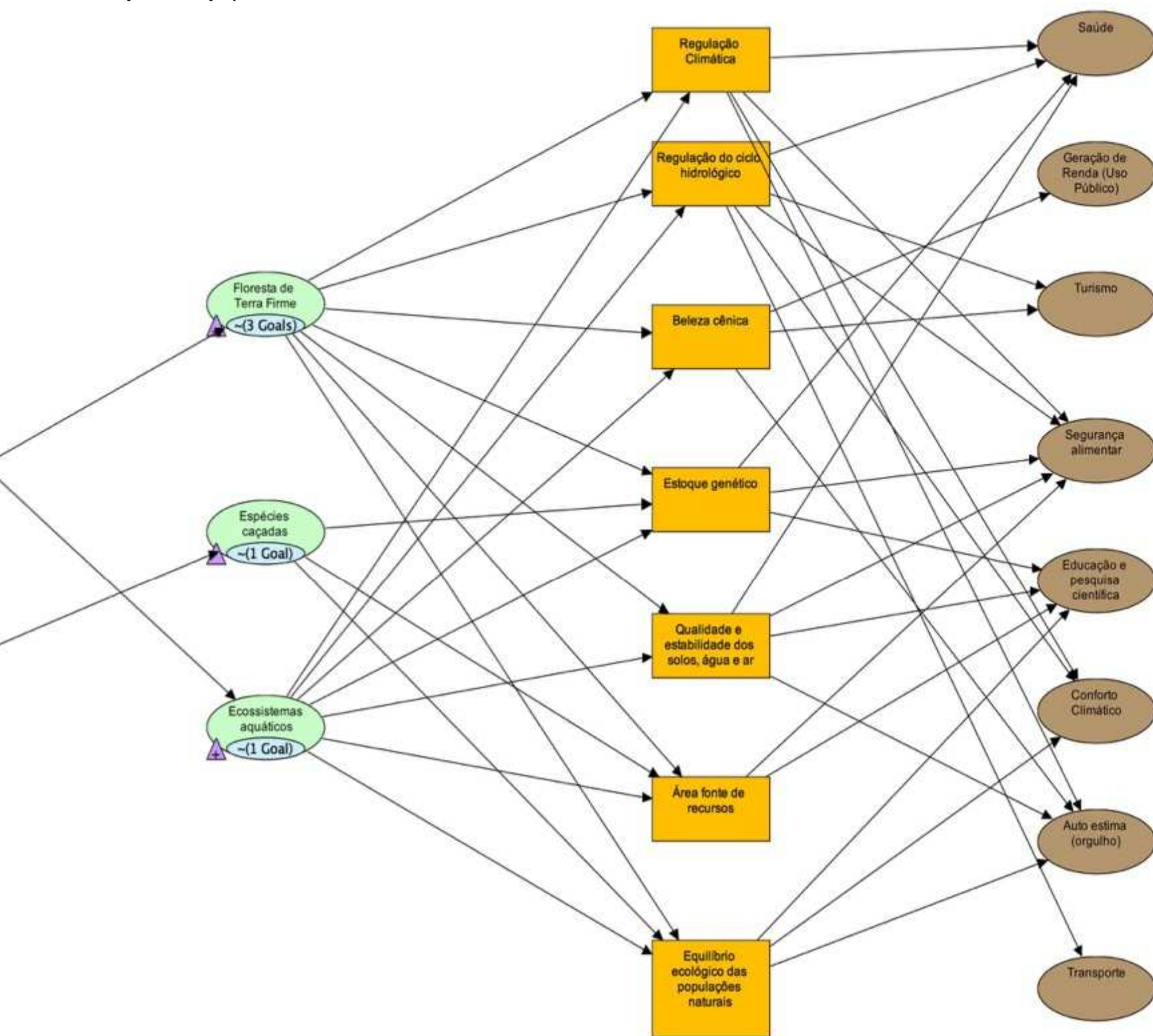
4.1.2 Estratégia: Estimular e executar alternativas de renda para comunidades chave em relação às ameaças prioritárias

Esta estratégia tem como principal objetivo **desenvolver atividades específicas de geração alternativa de renda junto às comunidades do entorno**, focando na diminuição das ameaças relativas à caça, pesca e extrativismo da Castanha e do Açaí dentro dos limites do PN Matinguari.

Busca-se identificar os atores chaves e as alternativas de renda, observando os resultados do diagnóstico de caça e programa de Uso Público. A estratégia está baseada no engajamento destes atores, na construção e priorização participativa das alternativas de geração de renda a serem

desenvolvidas, contando com apoio de parcerias para sua implementação, capacitação e identificação de fontes de fomento.

ades chave em relação às ameaças prioritárias: Modelo Conceitual



renda para comunidades chave em relação às ameaças prioritárias

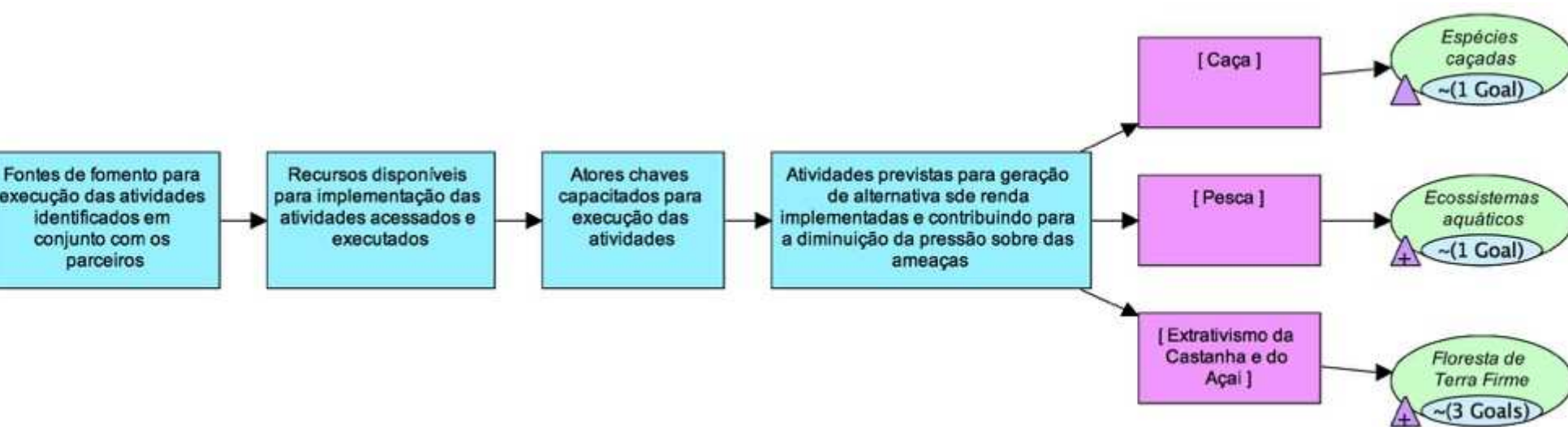


Tabela 4. Tabela Síntese referente a estratégia: Estimular e executar alternativas de renda para comunidades chave em relação às ameaças prioritárias

Estratégia	Resultados Intermediários	Indicadores	Metas	Atores Envolvidos
Estimular e executar alternativas de renda para comunidades chave em relação às ameaças prioritárias	Diagnóstico de caça realizado	Principais espécies caçadas	Diagnóstico de caça consolidado em até 4 nos após aprovação do Plano de Manejo	ICMBio (coordenações pertinentes), Instituições de pesquisa e extensão rural (EMATER, IDAM, INPA, etc.), Organizações da Sociedade Civil (JIPE Clube de Porto Velho, etc.), Universidades
		Mapeamento dos pontos de caça		
		Mapeamento da rota de transportes		
		Mercado consumidor identificado		
	Mapeamento dos caçadores	Implementação de até 60% do Plano de Uso Público em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo		
	Plano de Uso Público elaborado		Atividades de Uso Público definidas	
			Normas do Uso Público estabelecidas	
Monitoramento das atividades e número de visitantes (NBV)				
Atores chaves para o desenvolvimento de programas de geração alternativas de renda mapeados e priorizados	Arranjos do Uso Público definidos	Ter os principais atores chaves mapeados e priorizados em até 3 anos após a publicação do Plano de Manejo		
	Número dos atores chaves mapeados e priorizados de acordo os resultados do diagnóstico de caça, do Plano de Uso Público e outras demandas do PN Matinguari			
Atores chaves engajados para envolvimento nas atividades	Número de atividades realizadas (oficinas, encontros, palestras) com os atores chave prioritários	Realização de no mínimo uma atividade anual de engajamento junto aos atores chaves		
Alternativas de geração de renda identificadas e priorizadas de forma participativa com os atores chaves	Reuniões realizadas com os atores chave para definição das alternativas de geração de renda	Estabelecimento de planos específicos de alternativas de geração de renda em até 6 anos após aprovação do Plano de Manejo		
Parceiros para implementação das atividades de geração alternativas de renda identificados e envolvidos	Número de parceiros identificados e envolvidos	Ter pelo menos um parceiro desenvolvendo atividade de geração alternativa de renda implantada em até 3 anos após aprovação do Plano de Manejo		

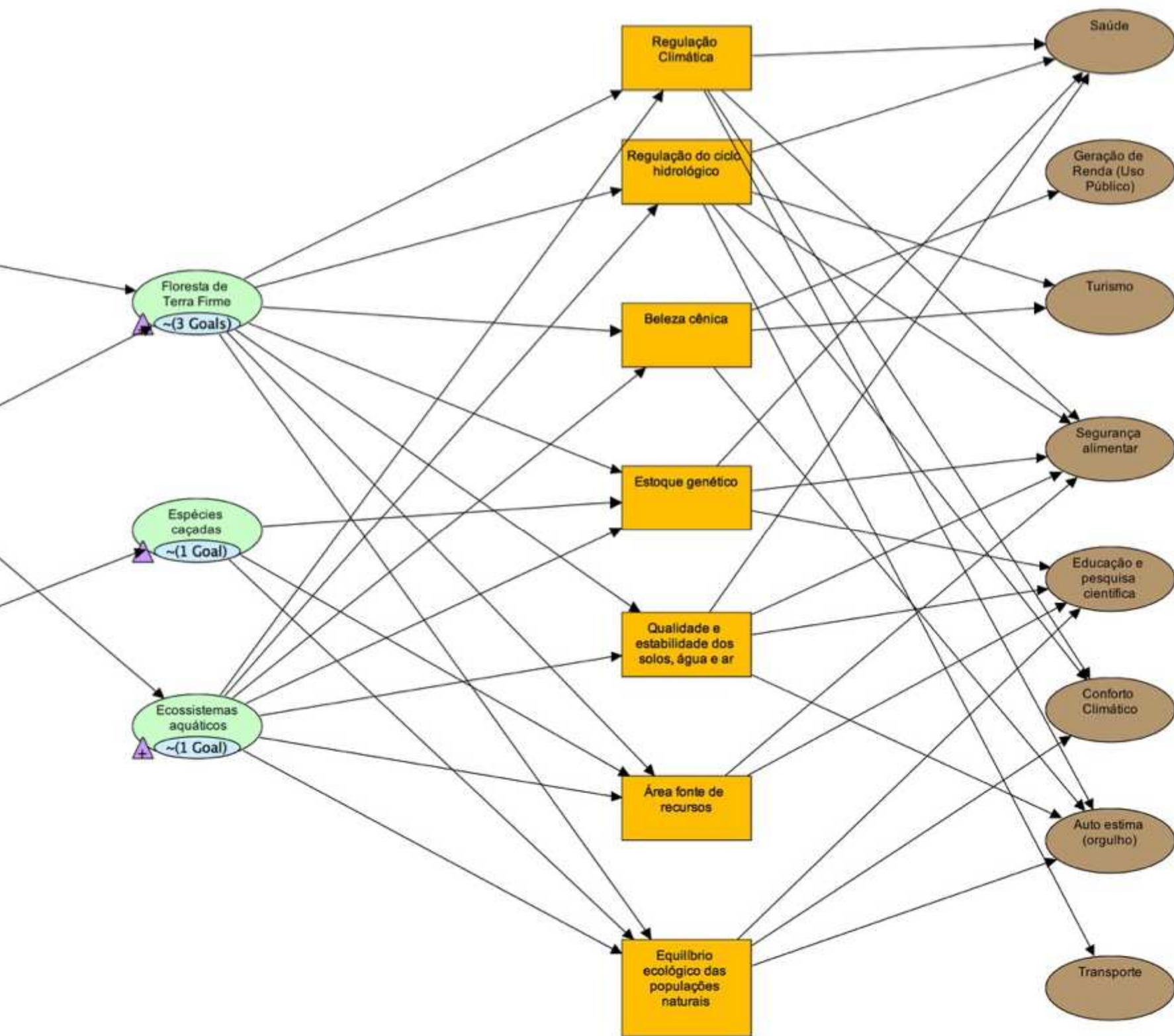
Continuação tabela 4

Estratégia	Resultados Intermediários	Indicadores	Metas	Atores Envolvidos
Estimular e executar alternativas de renda para comunidades chave em relação às ameaças prioritárias	Fontes de fomento para execução das atividades identificados em conjunto com os parceiros	Principais fontes de financiamento identificadas	Ter acesso ao financiamento a pelo menos duas fontes de fomento em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	ICMBio (coordenações pertinentes), Instituições de pesquisa e extensão rural (EMATER, IDAM, INPA, etc.), Organizações da Sociedade Civil (JIPE Clube de Porto Velho, etc.), Universidades
	Recursos disponíveis para implementação das atividades acessados e executados	Valor global dos recursos disponibilizados para implementação das atividades previstas	Execução de 100% dos recursos disponibilizados em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	
	Atores chaves capacitados para execução das atividades	Número de atores chave capacitados	Ter os principais atores chaves capacitados em até 6 anos após a publicação do Plano de Manejo	
	Atividades previstas para geração de alternativas de renda implementadas e contribuindo para a diminuição das ameaças	Número das atividades de geração alternativa de renda implementadas	Ter pelo menos 3 atividades de geração alternativa de renda implantada em até 9 anos após aprovação do Plano de Manejo	

4.1.3 Estratégia: Implementar um programa de divulgação e sensibilização ambiental do PN Matinguari

Esta estratégia tem como principal objetivo **implementar o Programa de Comunicação do PN Matinguari**, focando sobre a diminuição das ameaças relativas à caça, pesca, extração ilegal de madeira e extrativismo da Castanha e do Açaí dentro dos limites do PN Matinguari, pretende-se elaborar um Programa de Comunicação, envolvendo seu Conselho Consultivo no planejamento, e contando com apoio de parcerias para sua implementação e identificação de fontes de fomento. Entende-se que a partir de um programa eficaz de divulgação e sensibilização, seja possível diminuir as principais pressões sobre o PN Matinguari.

Sensibilização ambiental do PN Matinguari: Modelo Conceitual



Fluxo de divulgação e sensibilização ambiental do PN Matinguari

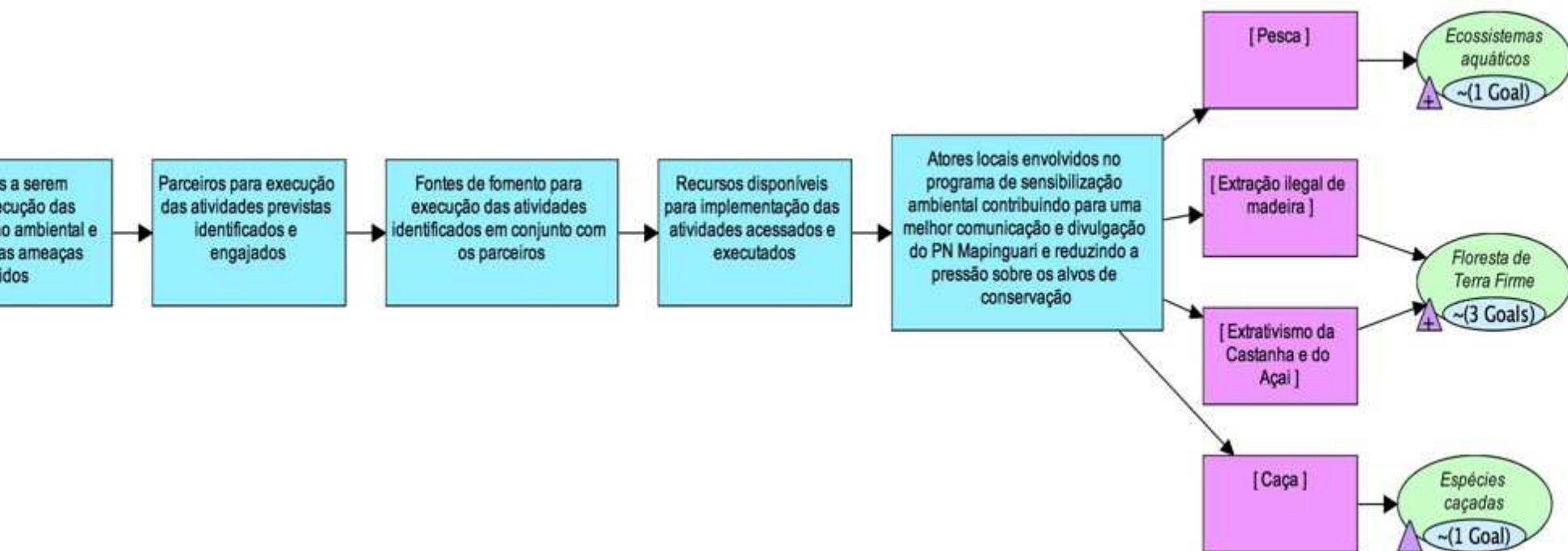


Tabela 5. Tabela Síntese da Estratégia: Implementar um programa de divulgação e sensibilização ambiental do PN Matinguari

Estratégia	Resultados Intermediários	Indicadores	Metas	Atores Envolvidos
Implementar um programa de divulgação e sensibilização ambiental do PN Matinguari	Alinhamento com coordenação de Educação Ambiental (EA) do ICMBio realizada	Incorporação das diretrizes e metodologias institucionais sobre EA no contexto do PN Matinguari	Estabelecer as diretrizes de EA do PN Matinguari em até 1 ano após a aprovação do Plano de Manejo	ICMBio, IFAM, UFAM, IFRO, UEA, SENAR, Comunidades do entorno, INPA, IDAM, Sociedade Civil organizada
	Profissional de comunicação contratado para elaboração do plano de comunicação do PN Matinguari	Profissional contratado	Plano de Comunicação do PN Matinguari finalizado em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	
	Estratégias de divulgação e comunicação do PN Matinguari definidas e apresentadas à equipe Gestora e Conselho Consultivo da UC	Realização da oficina de divulgação das estratégias de comunicação à equipe gestora e Conselho Consultivo do PN Matinguari	Realização da oficina de divulgação em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	
	Planejamento das estratégias e atividades de sensibilização ambiental definidos junto ao Conselho Consultivo do PN Matinguari	Estratégias e atividades validadas	Consolidação do Planejamento até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	
	Público alvo e métodos a serem utilizados para execução das atividades de sensibilização ambiental e comunicação, focados nas ameaças prioritárias, definidos	Público alvo e métodos a serem utilizados definidos	Definição do público alvo e métodos de execução até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	
	Parceiros para execução das atividades previstas identificados e engajados	Número de parceiros engajados nas atividades previstas	Estabelecer ao menos uma parceria a cada 3 anos para execução das atividades	
	Fontes de fomento para execução das atividades identificados em conjunto com os parceiros	Principais fontes de fomentos identificadas para execução das atividades	Ter acesso ao financiamento a pelo menos duas fontes de fomento em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	

Continuação tabela 5

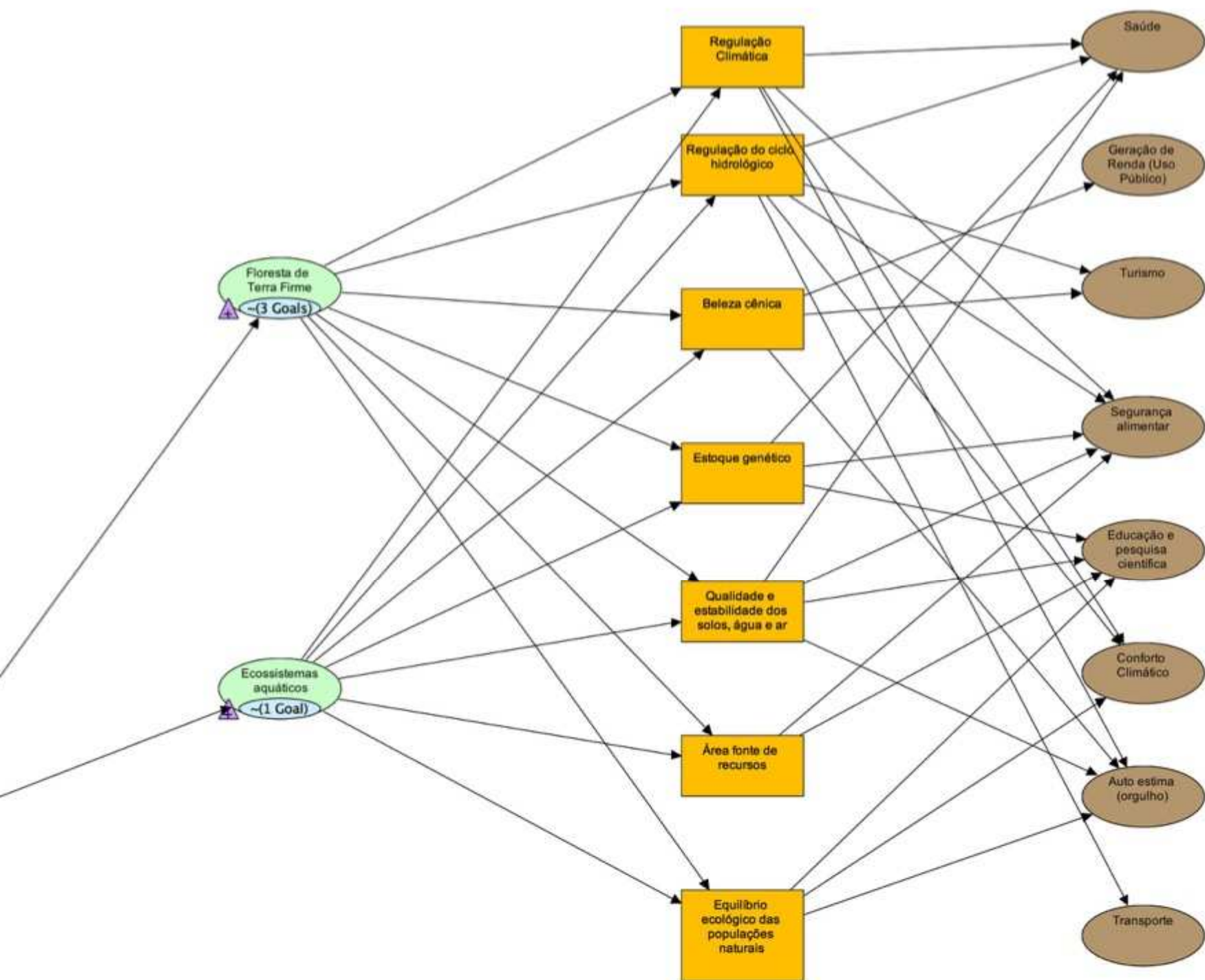
Estratégia	Resultados Intermediários	Indicadores	Metas	Atores Envolvidos
Implementar um programa de divulgação e sensibilização ambiental do PN Mapinguari	Recursos disponíveis para implementação das atividades acessados e executados	Valor global dos recursos disponibilizados para implementação das atividades previstas	Execução de 100% dos recursos disponibilizados em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	ICMBio, IFAM, UFAM, IFRO, UEA, SENAR, Comunidades do entorno, INPA, IDAM, Sociedade Civil organizada
	Atores locais envolvidos no programa de sensibilização ambiental contribuindo para uma melhor comunicação e divulgação do PN Mapinguari e reduzindo a pressão sobre os alvos de conservação	Percentual de atores locais envolvidos no programa de sensibilização do PN Mapinguari	No mínimo 50% dos atores locais (aproximadamente 5 parceiros) envolvidos no programa em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	
	Atores locais envolvidos no programa de sensibilização ambiental contribuindo para uma melhor comunicação e divulgação do PN Mapinguari e reduzindo a pressão sobre os alvos de conservação	Percepção população do entorno do PN que conhece a UC a partir do programa de sensibilização ambiental	Aumentar em 50% o conhecimento dos atores locais em relação ao PN Mapinguari a partir do programa de sensibilização ambiental em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	

4.1.4 Estratégia: Garantir a execução de condicionantes adequadas e monitorar a operação das UHE que afetam diretamente o PN Mapinguari

Esta estratégia tem como principal objetivo **monitorar a execução das condicionantes e operação das UHE que afetam diretamente ao PN Mapinguari**, focando sobre a diminuição das pressões em relação aos alvos de conservação Floresta de Terra Firme e Ambientes Aquáticos.

Busca-se que a equipe da UC detenha conhecimento das informações relacionadas ao processo licenciamento, operação da UHE, monitoramento do cumprimento das condicionantes, e busque meios para que as ações mitigadoras não contempladas sejam consideradas e executadas.

Operação das UHE que afetam diretamente o PN Mapiinguari: Modelo Conceitual



Monitorar e controlar a operação das UHE que afetam diretamente o PN Mapiinguari



Tabela 6. Tabela Síntese da Estratégia: Garantir a execução de condicionantes adequadas e monitorar a operação das UHE que afetam diretamente o PN Matinguari

Estratégia	Resultados Intermediários	Indicadores	Metas	Atores Envolvidos
Garantir a execução das condicionantes adequadas e monitorar a operação das UHE que afetam diretamente o PN Matinguari	Processos legais sobre o licenciamento e competências da instituição conhecido pela equipe da UC	Acesso aos processos e entendimento das competências do ICMBio	Conhecimento dos processos de licenciamento das UHE e as competências institucionais (equipe UC) em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	ICMBio, IBAMA, ANA, UHES, ANEEL
	Ações mitigadoras não contempladas nas condicionantes em relação ao PN Matinguari identificadas	Análise das ações mitigadoras e condicionantes realizada	Ter todas as ações mitigadoras em relação ao PN identificadas em até 6 anos após aprovação do Plano de Manejo	
	Informações chaves da operação identificadas em conjunto com IBAMA e UHES	Informações chaves identificadas	Identificar as informações chaves em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	
	Condicionantes ambientais conhecidas e avaliadas quanto à pertinência em relação ao PN Matinguari	Número de condicionantes ambientais pertinentes ao PN Matinguari	Identificação e avaliação de todas as condicionantes pertinentes ao PN Matinguari em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	
	Protocolo de avaliação do cumprimento das condicionantes e da operação definido e executado	Protocolo de avaliação definido	Avaliação sobre o cumprimento das condicionantes em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	
	Monitoramento da situação das condicionantes e operação relacionadas ao PN Matinguari realizado	Número de condicionantes ambientais pertinentes ao PN Matinguari monitoradas	Monitoramento de 100% das condicionantes e operação relacionadas ao PN Matinguari em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	
	Execução das condicionantes e medidas mitigadoras não contempladas exigidas junto ao empreendedor e implementadas	Implementação das condicionantes e medidas mitigadoras	Execução de 100% das condicionantes e medidas mitigadoras não contempladas exigidas junto ao empreendedor em até 9 anos após a aprovação do Plano de Manejo	

Continuação tabela 6

Estratégia	Resultados Intermediários	Indicadores	Metas	Atores Envolvidos
Garantir a execução das condicionantes adequadas e monitorar a operação das UHE que afetam diretamente o PN Mapinguari	Atividades de operação realizadas de acordo com o previsto no licenciamento	Número de Atividades de operação cumpridas conforme o licenciamento	Verificação, em até 9 anos após a aprovação do Plano de Manejo, sobre o cumprimento de 100% das atividades de operação previstas de acordo com o licenciamento desde a emissão das licenças	ICMBio, IBAMA, ANA, UHES, ANEEL
	Cumprimento das exigências legais em relação a operação e às condicionantes que incidem diretamente sobre PN Mapinguari, diminuindo a pressão sobre os alvos de conservação	Percentual do cumprimento das exigências legais em relação a operação e condicionantes que incidem sobre o PN Mapinguari	Exigir do empreendedor, em até 9 anos após aprovação do Plano de Manejo, o cumprimento de 100% das exigências legais em relação a operação e às condicionantes que incidem diretamente sobre PN Mapinguari	

4.1.5 Estratégia: Manejo do fogo para manutenção dos enclaves do Cerrado

Esta estratégia tem como principal objetivo **desenvolver um sistema de manejo do fogo visando a proteção dos enclaves de Cerrado**, através do desenvolvimento de procedimentos e atividades que contribuam para um melhor entendimento sobre a dinâmica do fogo em relação à conservação dos enclaves de Cerrado do PN Mapinguari, ambientes únicos do Interflúvio Purus-Madeira, desde organização de dados históricos, a elaboração, implementação e monitoramento de planejamentos operativos de MIF, para os diferentes enclaves.

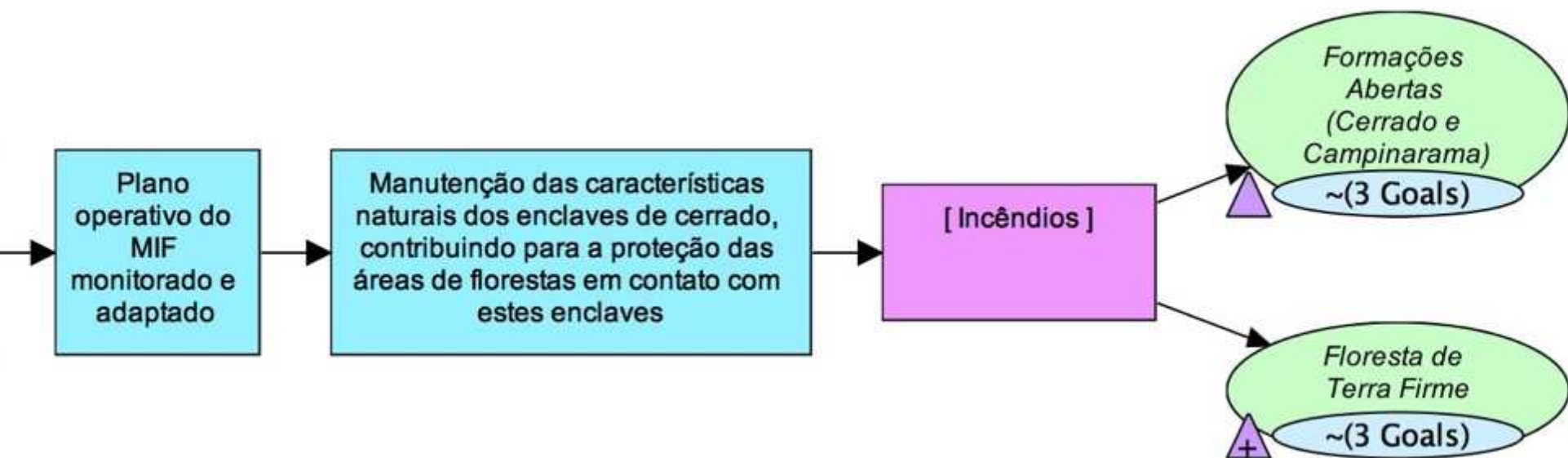
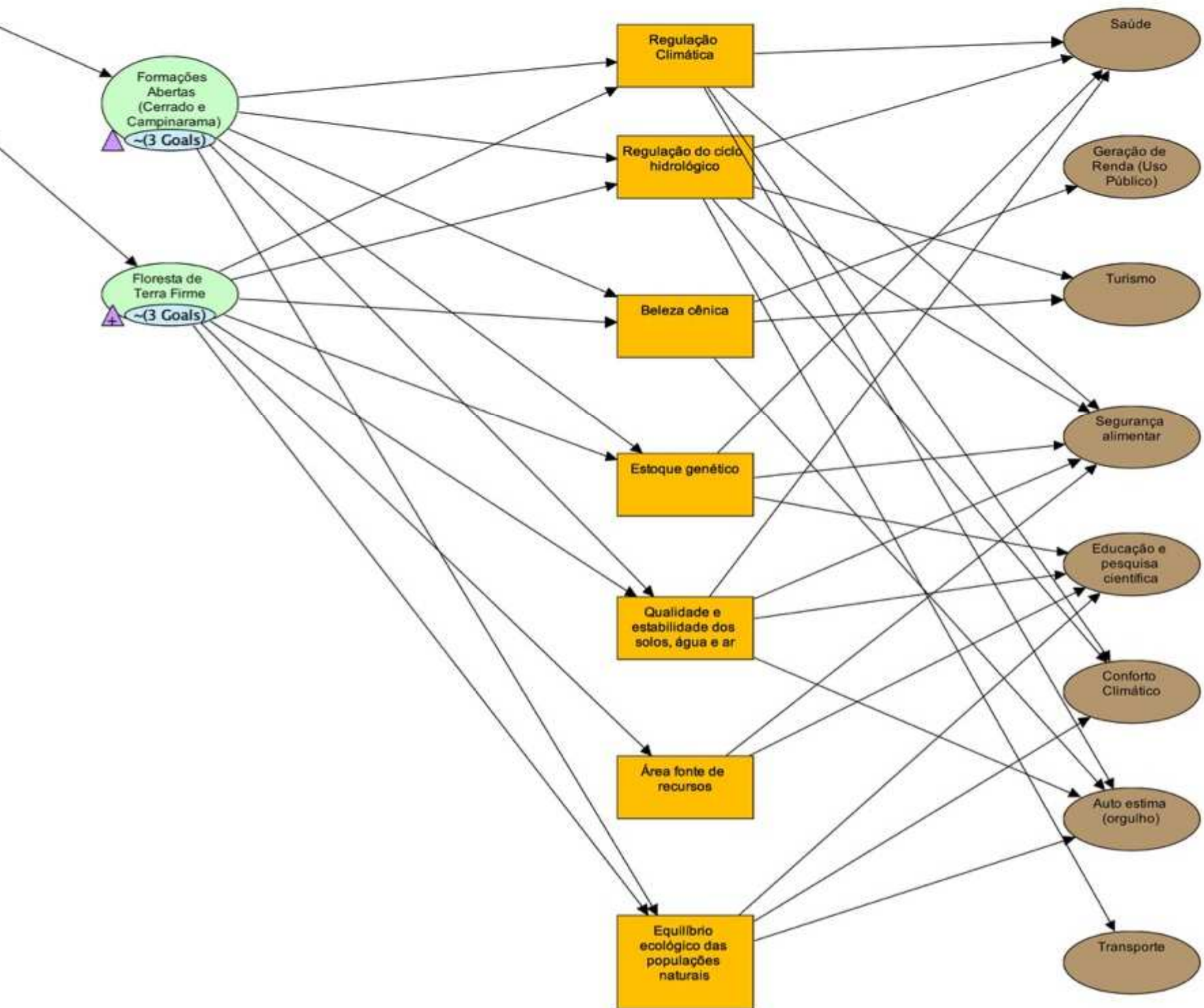


Tabela 7. Tabela Síntese referente à estratégia: Manejo do fogo para manutenção dos enclaves do Cerrado

Estratégia	Resultados Intermediários	Indicadores	Metas	Atores Envolvidos
Manejo do fogo para manutenção dos enclaves de Cerrado e Campinarana	Banco de dados com histórico de ocorrência do fogo no PN Mapinguari organizado	Banco de dados consolidado	Consolidação do Banco de dados em até 3 anos após aprovação do Plano de Manejo	ICMBio (COIN, DIBIO), PREVFOGO, IFRO, UNIR, UFAM, UFPR, UNB
	Estratégias de manejo de fogo definidas de acordo com cada enclave	Estratégias definidas	Definição das estratégias em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	
	Plano operativo do MIF elaborado	MIF submetido a COIN	Consolidação e aprovação do MIF em até 4 anos após a aprovação do Plano de Manejo	
	Plano operativo do MIF implementado	MIF aprovado pela COIN e em operação	Início da operação do MIF em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	
	Plano operativo do MIF monitorado e adaptado	Objetivos do Plano Operativo do MIF alcançados	Apresentação dos resultados relativos ao MIF anualmente após o início da operação	
	Manutenção das características naturais dos enclaves de cerrado e campinarana, contribuindo para a proteção das áreas de florestas em contato com estes enclaves	Diminuição das áreas atingidas por incêndios severos a partir da implementação do MIF	Implementação do MIF em 100% das áreas de enclave acessíveis do PN Mapinguari em até 9 anos após o início da implantação do MIF	

5. PROGRAMAS DE GESTÃO

Os Programas de Gestão orientam o desenvolvimento coordenado de atividades e ações, visando a conservação ambiental (biodiversidade e recursos naturais), a integração das UC que compõem o Interflúvio Purus-Madeira, o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas, a promoção e ordenamento do Uso Público, assim como a contribuição – direta e indiretamente – do desenvolvimento socioeconômico e a valorização da cultura local / regional. Estes programas foram definidos a partir da consolidação dos resultados das etapas anteriores do processo de elaboração do Plano de Manejo do PN Mapinguari, e os mesmos contemplam as recomendações delineadas nos diagnósticos ambiental e socioeconômico da UC, assim como as outras estratégias consolidadas no Modelo Conceitual, apresentando diretrizes gerenciais transversais em relação ao planejamento do PN Mapinguari. Além disso, os programas definidos visam também suprir as demandas em relação ao fortalecimento territorial das UC que compõem o Interflúvio Purus-Madeira, visando subsidiar ações que contribuam na gestão do território e fortalecendo as UC que o compõem.

Um dos principais objetivos dos programas aqui estabelecidos, é orientar à gestão do PN Mapinguari no que tange às atividades de médio e longo prazo, uma vez que as 5 (cinco) estratégias prioritárias,

destacadas no capítulo anterior, delineiam as ações sob a ótica do planejamento e gestão para o alcance dos resultados necessários ao alcance das estratégias. Como o Plano de Manejo trata-se de um documento de gestão e, visa um planejamento adaptativo, os programas aqui elencados apresentam um escopo macro em relação ao contexto atual da UC, permitindo ao gestor e à equipe do PN Mapinguari revisá-los e adaptá-los de acordo com as diferentes realidades do PN Mapinguari ao longo dos anos.

Neste contexto, foram definidos 7 programas de Gestão:

- Programa de Proteção;
- Programa de Consolidação Territorial;
- Programa de Gestão Administração e Fortalecimento Institucional;
- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Integração com o Entorno;
- Programa de Conhecimento – Pesquisa e Monitoramento⁶ e;
- Programa de Uso Público.

Cada um dos programas conta com descrição, objetivos, diretrizes e uma tabela síntese onde apresentam-se as atividades a serem desenvolvidas, as metas e indicadores de medição da efetividade das ações.

É importante salientar que, anexo ao Plano de Manejo são apresentadas os ***Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção relacionados com o Interflúvio Purus-Madeira***. Estes Planos de Ação correspondem à consolidação das análises realizadas pela equipe de pesquisadores no Diagnóstico Ambiental Consolidado do Interflúvio Purus-Madeira e apresentam as recomendações e planos de ações referentes à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais das UC que compõem o Interflúvio. Neste sentido, trata-se de atividades transversais que envolvem duas ou mais UC inseridas no território do Interflúvio, sendo necessário o desenvolvimento de ações conjuntas entre as equipes gestoras.

5.1 Programa de Proteção

Descrição

O programa de Proteção visa o melhoramento e aprimoramento da fiscalização estratégica utilizando recursos de inteligência para garantir que os atos ilícitos sejam minimizados e busca o alinhamento da gestão da UC com os demais programas e estratégias de gestão. Contempla atividades de outras estratégias elencadas no modelo conceitual direta e indiretamente relacionadas à proteção do PN Mapinguari, como por exemplo, a estratégia prioritária de Manejo do Fogo (MIF).

Vale ressaltar que este programa traz apenas as orientações estratégicas gerais para o direcionamento das ações em nível tático e operacional, as quais deverão ser prioritariamente organizadas no Plano de Proteção da UC.

Objetivo

O objetivo do programa é dar o direcionamento para os gestores da UC quanto a proteção e manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais do PN Mapinguari, visando coibir ilícitos e infrações ambientais por meio da fiscalização, colaboração interinstitucional e sensibilização das comunidades do entorno, visando à maior efetividade da proteção da UC.

Diretrizes

- Contribuir com o cumprimento da legislação ambiental em vigor, enfatizando a condição de área protegida da UC e da dimensão punitivo-criminal da caça, da pesca ilegal, garimpo,

⁶ Junto ao programa de conhecimento, estão contemplados os **programas especiais**. Estes referem-se àqueles elencados durante a consolidação do Diagnóstico Ambiental Consolidado do Interflúvio Purus-Madeira e visam abarcar atividades transversais que integrem as ações com as outras 10 UC que fazem parte do Interflúvio.

extração madeireira e outras atividades ilegais não condizentes com os objetivos do PN Matinguari;

- Planejar de forma sinérgica e integrada a fiscalização do PN Matinguari, de forma a envolver todos os órgãos de fiscalização envolvidos (SEDAM, ICMBIO, Polícia ambiental, Ministério Público, IBAMA, dentre outras);
- Diagnosticar as práticas ilegais que ocorrem no PN Matinguari, elencando os principais locais/rotas, períodos e tipos de envolvidos nas práticas ilegais ocorrentes. Combater de forma assertiva as atividades ilegais ocorrentes, através de um planejamento integrado;
- Alinhamento estratégico com a estratégia prioritária de Manejo Integrado do Fogo (MIF);
- Alinhamento estratégico com programas e projetos de sensibilização que visem diminuir a ocorrência de ilícitos e maior envolvimento da população local na gestão da UC.

Tabela 8. Matriz de atividades do Programa de Gestão

Atividade	Meta	Indicador
1. Elaborar e revisar periodicamente o Plano de Proteção do PN Matinguari de modo a subsidiar ações de fiscalização mais estratégicas e assertivas;	Revisão trienal do Plano de Proteção para adequações de acordo com o contexto do PN Matinguari	Plano revisado e adequado
2. Elaborar planejamento integrado da fiscalização do território do PN Matinguari, em sinergia com outros órgãos de fiscalização, tais como SEDAM, IBAMA, Polícia ambiental, etc.	Realização de uma oficina anual de planejamento integrado com outros órgãos de fiscalização	Envolvimento dos órgãos no planejamento das ações de fiscalização
3. Realizar ações de fiscalização, combatendo diretamente as ameaças e evidenciando a presença do Estado no território, de modo a coibir práticas não legais;	Ter um período mínimo de 30 dias de atividades de fiscalização ao longo de um ano	Número de dias de atividades de fiscalização realizadas ao longo de um ano
5. Implementar um banco de dados em SIG com as principais áreas/rotas de invasão, atos ilícitos, denúncias, etc.;	Implementação do banco de dados em SIG em até um ano após a aprovação do Plano de Manejo	Banco de dados implementado e atualizado
7. Estabelecer mecanismos de proteção das áreas de nascentes existentes na região dos maciços geológicos Candomblé e 3 irmãos do PN Matinguari	Definição dos mecanismos de proteção das áreas de nascentes em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Mecanismos de proteção definidos e nascentes monitoradas
8. Avaliação dos focos de calor indicados pelo INPE para averiguação em campo quanto à relação do foco com a efetiva queimada. Mapeamento, monitoramento e criação de banco de dados sistematizado das queimadas ocorrentes no PN Matinguari para avaliação se corresponde à queimadas naturais ou ilegais;	Aprimoramento do banco de dados referente às queimadas ocorrentes no PN Matinguari em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Banco de dados consolidado
9. Definir mecanismos específicos para monitoramento das ocupações – legais e ilegais – dentro dos limites do PN Matinguari visando consolidar o processo de regularização fundiária e impedir novas ocupações/ invasões;	Implantação de um banco de dados para sistematização e monitoramento da situação fundiária do PN Matinguari em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Banco de dados consolidado e informações sistematizadas
10. Fiscalizar e monitorar as atividades de garimpo próximas aos limites do PN Matinguari junto aos empreendedores visando minimizar os impactos decorrentes da atividade dentro da UC;	Contemplar, no mínimo 5 dias de fiscalização ao ano, nas áreas de garimpo próximas aos limites do PN Matinguari	Número de dias de atividades de fiscalização realizadas nas áreas de garimpo ao longo de um ano

11. Atuar junto com as OEMAs para melhoramento do licenciamento da mineração no entorno do PN Mapinguari;	Estabelecer diretrizes, junto as OEMAs, para definir as possíveis condicionantes das atividades de mineração no entorno do PN Mapinguari em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Diretrizes gerais para condicionantes estabelecidas
---	--	---

5.2 Programa de Consolidação Territorial

Descrição

Este programa tem a finalidade de resolver a situação fundiária do Parque Nacional Mapinguari e definir estratégia para a efetivação da posse da área de forma gradativa e priorizada. As principais áreas de atuação deste Programa são onde ocorrem residentes e suas respectivas áreas de uso, conforme indicada na Tabela 9. Esses polígonos somam 1.800 hectares, que correspondem a 0.1% da área total do Parque Nacional Mapinguari, compreende 19 áreas dispersas na UC, concentrando-se principalmente ao longo dos rios Mucuim e Assuã (figura 12).

No diagnóstico fundiário realizado no PN Mapinguari, com dados disponíveis até o ano de 2013, foi possível constatar um total de 66 posses, porém, atualmente apenas 19 posses com residentes. Dessas, 11 estão concentradas às margens dos rios Mucuim, Assuã e BR 230, entretanto, trata-se de ocupações relativamente afastadas uma das outras ao longo das hidrovias. A maior parte já tem processos administrativos de desapropriação em tramitação junto ao ICMBio. Na Tabela 10 é possível constatar quem são esses usuários, que tipo de uso do solo eles realizam e há quanto tempo moram no interior da UC, considerando o ano de realização do diagnóstico, no caso 2013. Vale ressaltar que no início de 2017 foi realizado pela equipe gestora da UC outro trabalho de diagnóstico ocupacional voltado para a BR 230 nos limites do PN Mapinguari e constataram-se poucas alterações com relação aos dados de 2013.

Objetivo

Implantar ações de regularização fundiária e consolidação dos limites do Parque Nacional Mapinguari

Diretrizes

- adotar os padrões institucionais de demarcação e sinalização da unidade de conservação;
- buscar a integralidade na dominialidade pública da área da unidade de conservação;

Tabela 9. Matriz de atividades do programa de Consolidação Territorial

Atividade	Meta	Indicador
1. Instruir os procedimentos administrativos para a desapropriação de imóveis e indenização à particulares	100% dos processos de imóveis particulares inseridos no perímetro do Parque Nacional Mapinguari instruídos 100% de dominialidade pública da área da UC	Percentual dos processos Percentual de área sob dominialidade do ICMBio
2. Manter a demarcação topográfica do Parque Nacional Mapinguari	Manutenção dos pontos da demarcação topográfica	Pontos demarcados mantidos
3. Sinalizar os pontos estratégicos da Unidade de Conservação	100% dos pontos estratégicos do Parque sinalizados em 2 anos da publicação do PM	Percentual de pontos estratégicos sinalizados

Figura 12. Ocupações temporárias PN Mapinguari

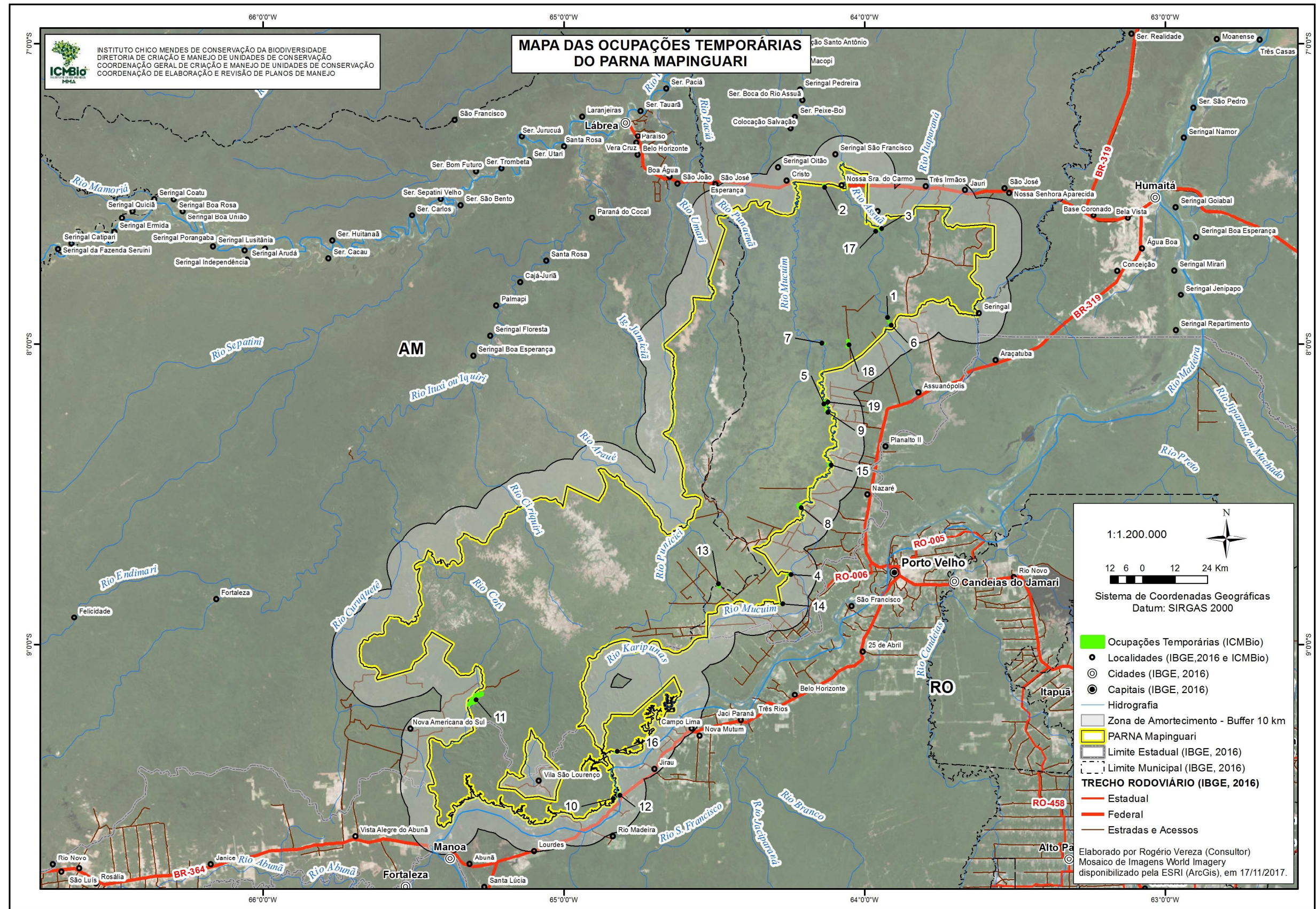


Tabela 10 - Diagnóstico ocupacional do interior do Parque Nacional Mapinguari realizado no ano de 2013 pela equipe gestora da UC

	Identificação	Localização	Tipos de Uso	Áreas de Uso (ha)	Coordenadas Geográficas	Tempo de Residência
1	Antônio Carlos Costa da Silva	Rio Açua, margem direita	Agricultura	10	63°55'28,4"W/ 7°55'9,539"S	2
2	Antônio Judarte Barros Sales	BR 230 Humaitá/Lábrea margem esquerda	Agricultura	9	64°8'12,8"W/ 7°28'32,2"S	7
3	Antônio Silva dos Anjos	Rio Assua, margem direita	Agricultura	6	63°57'6,941"W/ 7°37'4,947"S	15
4	Cícero Marcos	Ramal do Paiva	Agrícola			
5	Cinélio Nogueira Costa	Rio Mucuí, margem esquerda	Pecuária	49	64°7'42,6"W/ 8°12'22,5"S	13
6	Francisco Alencar da Silva	Rio Assua, margem direita	Agricultura	4	63°55'8,4"W/ 7°55'54,8"S	32
7	Francisco Bezerra da Silva	Rio Mucuí, margem direita	Agricultura	2	64°8'2,9"W/ 7°59'55,1"S	14
8	Francisco das Chagas Conceição	Rio Mucuí, margem esquerda	Pecuária	174	64° 12' 38,7" W/ 8° 32' 40"S	15
9	Geraldo Dias da Silva	Igarapé Jacareúba, médio Mucuí	Agricultura	1	64°7'36,2"W/ 8°13'20,6"S	26
10	Gonçalo dos Santos Melo	Rio Madeira margem esquerda	Pecuária	0	64°49'52,913"W/ 9°30'33,071"S	9
11	Iran Alves Cristo Junior	Linha 1 – Ramal Coti Km 110	Pecuária	350		20
12	José Chaves Lobo	Rio Madeira margem esquerda	Pecuária	250	64°49'12,7"W/ 9°29'49,6"S	5
13	Lúcio Aparecido Gonçalves	Linha 9 margem esquerda	Pecuária	100	64°28'58,3"W/ 8°48'8,9"S	10
14	Marcio Rodrigues Pinto	Rio Mucuí margem esquerda ramal igreja Assembleia	Pecuária	10	64°16'48,019"W/ 8°51'49,833"S	0
15	Maria Beleza (Familia)	Rio Mucuí	Agrícola			
16	Maria Helena Alves Leal	Margem esquerda do Rio Madeira, foz do rio São Lourenço	Agricultura	10		50
17	Newton Silva do Nascimento	Rio Assua, margem esquerda	Agricultura	4	63°57'25"W/ 7°37'7,8"S	10
18	Paulo Andrade Lima Filho	Travessão 4/5 PA São Francisco	Pecuária	103	64°3'6,7"W/ 8°0'23,4"S	8
19	Pedro Antônio Pereira	Rio Mucuí, margem esquerda	Pecuária	19	64°7'45,5"W/ 8°11'26,3"S	15

5.3 Programa de Gestão, Administração e Fortalecimento Institucional

Descrição

Este programa visa estabelecer, em linhas gerais, os procedimentos gerenciais, administrativos da UC conforme normas de gestão do ICMBio, assim como estabelecer relações interinstitucionais que catalisem ações voltadas para o fortalecimento do PN Mapinguari e das outras UC que compõem o Interflúvio Purus-Madeira. Este programa deve ser dinâmico, sendo revisto e aprimorado pela gestão da UC constantemente, uma vez que, as realidades gerenciais, administrativas e institucionais são mutáveis, sendo necessário o constante aprimoramento e incremento de procedimentos, atividades e normas.

Enfatiza-se também neste mesmo programa, a necessidade da gestão da UC identificar quais são as outras instituições, públicas ou privadas, que podem apoiar a gestão, desenvolvimento e fortalecimento do PN Mapinguari e das outras UC que compõem o Interflúvio Purus-Madeira, incluindo a necessidade de incremento da mão-de-obra destinada à gestão do território do PN Mapinguari e seu entorno.

No contexto de fortalecimento institucional, este programa deve também, contribuir para promover a comunicação externa visando o envolvimento dos parceiros atuais e potenciais, comunidades do entorno e outros órgãos governamentais das esferas municipal, estadual e federal, bem como entidades não governamentais, a fim de estimular e apoiar iniciativas que visem o fortalecimento das UC do Interflúvio Purus-Madeira.

Objetivo

Contribuir para a gestão, administração e fortalecimento institucional da UC, de modo a contribuir para o aprimoramento do sistema de planejamento e gestão do PN Mapinguari.

Diretrizes

- Dotar o PN Mapinguari de procedimentos gerenciais e administrativos capazes de contribuir para uma melhor efetividade de gestão;
- Identificar a necessidade de profissionais interdisciplinares junto à gestão da UC para a eficiência do planejamento proposto;
- Identificar competências institucionais que possam diminuir a pressão sobre a gestão da UC e aprimorar os procedimentos administrativos, assim como a negociação com parceiros;
- Buscar a integração de estratégias comuns com as demais UC do Interflúvio Purus-Madeira visando uma maior integração entre as UC do território;
- Estruturar e estabelecer diferentes canais de comunicação entre a gestão do PN Mapinguari, as outras UC do Interflúvio Purus-Madeira, comunidades do entorno e outros públicos com interesses na UC, fortalecendo a presença institucional do PN Mapinguari enquanto vetor de desenvolvimento local e integração regional, de acordo com o plano de comunicação da UC;

Tabela 11. Matriz de atividades do Programa de Gestão, Administração e Fortalecimento Institucional

Atividade	Meta	Indicador
1. Elaborar o Instrumento Regulamentador Específico do PN Mapinguari e o plano anual de trabalho da Unidade, alinhado com o planejamento estratégico do ICMBio e com o Plano de Manejo;	Consolidar o Instrumento Regulamentador Específico do PN Mapinguari em até 3 anos após aprovação do Plano de Manejo	Instrumento Regulamentador Específico consolidado
2. Mapear editais e projetos para a sustentabilidade econômica e financeira do PN Mapinguari, incluindo aqueles que ampliem a sua autonomia financeira e a viabilização da infraestrutura necessária à execução de ações requeridas pela administração da UC;	Consolidar uma matriz com as principais fontes de financiamento de projetos em até 3 anos após a consolidação do Plano de Manejo	Matriz consolidada e atualizada
3. Unificar as informações disponíveis do PN Mapinguari em uma única plataforma visando aprimorar os mecanismos de gestão da UC;	Consolidar a plataforma de informações unificadas em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Plataforma consolidada
4. Elaborar e gerir o programa de voluntariado do PN Mapinguari visando fortalecer a gestão da UC através de realização de atividades específicas das diferentes temáticas, como por exemplo, Pesquisa, Uso Público, Proteção, dentre outras;	Consolidar o programa de voluntariado do PN Mapinguari, de acordo com as prioridades, em até 3 anos após aprovação do Plano de Manejo	Programa consolidado e executado
5. Estabelecer e fortalecer novas parcerias para auxílio na gestão do PN Mapinguari	Definir as parcerias prioritárias para o PN Mapinguari em até 3 anos após aprovação do Plano de Manejo	Parcerias prioritárias definidas
6. Consolidar um programa de gestão integrada com as outras UC que compõem o Interflúvio Purus-Madeira visando o desenvolvimento de ações conjuntas para fortalecimento e consolidação das UC no território;	Consolidação do programa de gestão integrada das UC do Interflúvio Purus-Madeira em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Programa consolidado ações realizadas
8. Formalizar parcerias interinstitucionais – com órgãos municipais, estaduais, federais e outras instituições (privadas, terceiro setor ou instituições de pesquisa) – que assegurem os interesses do ICMBio, visando o fortalecimento das UC que compõem o Interflúvio Purus-Madeira;	Formalização de parcerias com instituições estratégicas em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Parcerias estabelecidas e atividades realizadas
9. Estabelecer diferentes canais de comunicação, com os diferentes públicos, para melhorar a comunicação da gestão do PN Mapinguari com as outras UC integrantes do Interflúvio Purus-Madeira, comunidades do entorno, instituições locais e regionais e outros públicos externos;	Consolidação de diferentes canais de comunicação (material impresso, rádio, internet, etc), focando diferentes públicos, em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Público atingido pelos diferentes canais de comunicação desenvolvidos pela UC
10. Desenvolver um site eletrônico específico do PN Mapinguari (website ou página de Facebook), para divulgação de informações sobre a UC, das atividades realizadas, procedimentos para a visitação, parcerias, dentre outras informações. Além disso, o site teria também a função de divulgar informações relacionadas às condições para a realização de atividades que necessitem do acesso de imprensa, como gravação de reportagens, documentários, dentre outras atividades	Consolidação do site eletrônico do PN Mapinguari em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Site eletrônico e informações disponibilizadas online

5.4 Programa de Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental visa dois diferentes públicos: (i) as comunidades do entorno do PN Matinguari – principalmente aquelas localizadas nos limites da UC, assim como nas UC de Uso Sustentável que fazem limites com o PN Matinguari; e (ii) visitantes.

O programa é focado em ações de conservação, que visem, por meio de técnicas participativas, desenvolver atividades que contribuam na sensibilização dos diferentes públicos para os alvos de conservação, visando contribuir para a mitigação das ameaças e dos impactos ambientais, contribuindo para a conservação do PN Matinguari⁷.

A partir da realização destas atividades de sensibilização, busca-se uma mudança de comportamento da população com relação às questões ambientais, sendo um forte aliado na proteção do PN Matinguari. Espera-se que as atividades de educação ambiental sejam uma ferramenta complementar (equipe PN Matinguari) para outras ações pensadas em relação ao planejamento do PN Matinguari.

O programa visa trabalhar para uma maior sensibilização dos diferentes públicos em relação às normas, regras, objetivos, relevância ambiental para a região, potencialidades de alternativas de geração de renda, dentre outras informações sobre o PN Matinguari visando um maior conhecimento, assim como uma aproximação com os diferentes públicos em relação à UC. Neste sentido, como trata-se de um programa transversal, cujo envolvimento da equipe da UC e dos atores a serem envolvidos é primordial, a partir das atividades de educação ambiental e outras atividades específicas, espera-se que os objetivos pensados para todos os Alvos de Conservação sejam alcançados.

Objetivo

Sensibilizar a população do entorno e visitantes para a diminuição das ameaças diretas e adoção de práticas ou comportamentos que contribuam na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, a partir de ações educativas que abordem os assuntos relacionados com a conservação do meio ambiente, assim como o cumprimento das normas e regras do PN Matinguari.

Diretrizes

- Estar alinhada com a estratégia prioritária de implementação do programa de divulgação e sensibilização ambiental do PN Matinguari;
- Adotar os princípios da Educação Ambiental Emancipatória que considera e valoriza os diferentes saberes, e proporciona espaços de aprendizagem, participação e construção coletiva;
- Realização de oficinas, encontros, treinamentos e reuniões junto às comunidades do entorno do PN Matinguari para sensibilização em relação às temáticas de conservação, objetivos do PN Matinguari, mecanismos de proteção, cumprimento das normas e regras da UC e outras temáticas relevantes que visem a diminuição das pressões sobre o PN Matinguari e desenvolvimento sustentável do território;
- Realização de atividades educativas com a população do entorno e visitantes a sensibilização em relação ao contexto socioambiental do PN Matinguari;

⁷ Visando a mitigação das ameaças elencadas no Modelo Conceitual do PN MAPINGUARI, o programa de educação ambiental tem como um dos principais focos atuar sobre as estratégias de (i) *implementar um programa de divulgação e sensibilização ambiental do PN MAPINGUARI Matinguari* e (ii) *aproximação junto ao setor produtivo e comunidades do entorno vinculados às principais ameaças do PN MAPINGUARI*

Tabela 12. Matriz de atividades do Programa de Educação Ambiental

Atividade	Meta	Indicador
1. Elaborar e executar atividades de sensibilização junto às comunidades do entorno referentes às ameaças diretas identificadas no modelo conceitual, focando nas seguintes temáticas: a. Proteção e valorização da fauna silvestre e formas de inibir práticas impactantes ou ilegais; b. Impactos ambientais e sociais da pesca predatória sobre determinadas espécies; c. Melhores práticas para utilização dos recursos hídricos, alternativas para a conservação do recurso e para o bem-estar social; d. Manutenção da qualidade da água e da ictiofauna, nos rios Mucuim e Assuã, considerando que são hidrovias legalmente instituídas; e. Trabalhar junto aos moradores das UC de Uso Sustentável do entorno as diferenças entre uma UC de Proteção Integral e de uma UC de Uso Sustentável (sinalizar as características, objetivos, normas, regras e possíveis punições no que tange ao descumprimento destas)	Consolidação do Plano de Ação com as diretrizes gerais sobre o programa de EA do PN Matinguari em até 3 anos após aprovação do Plano de Manejo	Plano de ação consolidado
2. Divulgar, junto às comunidades do entorno, as restrições legais em relação as atividades permitidas e não permitidas dentro dos limites do PN Matinguari;	Ter 100% das comunidades do entorno cientes das restrições legais do PN Matinguari em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Percentual das comunidades visitadas e cientes das restrições do PN Matinguari
3. Elaborar material didático para ser distribuído e/ou afixado em locais estratégicos das comunidades do entorno do PN Matinguari trabalhando especificamente as ameaças identificadas no modelo conceitual;	Consolidar o material didático e distribuí-lo junto às comunidades em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Comunidades do entorno contempladas pelo material distribuído/ afixado
4. Estabelecer parcerias com as escolas do entorno do PN Matinguari para que atividades sejam desenvolvidas dentro da UC visando uma maior aproximação e contato com os jovens;	Mapear as principais escolas do entorno do PN Matinguari e definir estratégias de parcerias junto as mesmas em até 6 anos após aprovação do Plano de Manejo	Número de escolas mapeadas e quantidade de parcerias estabelecidas
5. Desenvolver atividades educativas específicas junto ao setor produtivo (principalmente agrícola e madeireiro), visando a minimização das ameaças e pressões sobre o PN Matinguari e adoção de práticas sustentáveis	Realização de atividades educativas (oficinas, workshop, palestras, etc) bianual, junto ao setor produtivo	Número de atividades realizadas, percentual do setor produtivo participante e diminuição das pressões sobre a UC
6. Desenvolver atividades educativas relativas a temática da caça e pesca, uso do fogo, retirada de madeira nas comunidades do entorno visando um maior conhecimento de seus impactos, restrições legais e buscando aproximação, engajamento e envolvimento destes atores nos processos de proteção da UC;	Realização de atividades educativas (oficinas, workshop, palestras, etc) bianual, junto as comunidades do entorno	Número de atividades realizadas, percentual das comunidades envolvidas e diminuição das pressões sobre a UC

5.5 Programa de Integração com o Entorno

Descrição

Esse programa se propõe a pensar em uma maior integração do PN Matinguari com seu entorno, através de ações complementares aos outros programas, principalmente àqueles que envolvam atividades junto às comunidades do entorno do PN Matinguari, como por exemplo, o programa de Educação Ambiental, o Programa de Proteção e o Programa de Uso Público.

Nessa perspectiva, a partir da consolidação deste programa, este contribuirá na diminuição de pressões sobre alguns dos alvos de conservação e manutenção e fortalecimento dos alvos de bem-estar social elencados no modelo conceitual, principalmente aqueles ligados às questões socioeconômicas que envolvem o PN Matinguari, como por exemplo, as espécies caçadas, os ambientes aquáticos, saúde e segurança alimentar das comunidades do entorno.

Objetivo

Esse programa tem como objetivo, em conjunto com outros programas, uma maior integração entre o PN Matinguari e as comunidades do entorno visando contribuir para os alcances dos objetivos da UC.

Diretrizes

- Desenvolver atividades que envolvam as comunidades do entorno, visando contribuir para alcance dos resultados delimitados nas estratégias prioritárias de geração de alternativas de renda e sensibilização ambiental;
- Fortalecimento do conselho consultivo do PN Matinguari através do cumprimento das normas e regras estabelecidas pelo Instrumento Regulamentador Específico do mesmo;
- Desenvolver atividades complementares – programas de voluntariado, estímulo a atividades de alternativas de renda, dentre outras – visando uma maior integração com o entorno da UC.

Tabela 13. Matriz de atividades do Programa de Integração com o Entorno

Atividade	Meta	Indicador
1. Fortalecer e manter o funcionamento regular (regularidade e periodicidade das reuniões) do Conselho Consultivo do PN Matinguari;	Realização de no mínimo uma reunião ordinária anualmente com o Conselho após aprovação do Plano de Manejo	Atas das reuniões ordinárias
2. Realizar atividades específicas e permanentes, voltado à conservação ambiental e relacionado ao PN Matinguari, junto aos professores das redes municipal e estadual dos municípios do entorno da UC;	Realização de atividades (palestras, oficinas, encontros, etc.) com professores de pelo menos 5 escolas anualmente	Número de professores envolvidos nas atividades propostas
3. Propiciar oportunidades diferenciadas na oferta de serviços diretos da UC para população de entorno, disponibilizando vagas para contratação prioritária para serviços necessários ao parque (brigada, vigilância, construção, limpeza, manutenção, dentre outras).	Processos de chamamento/ contratação disponham de mecanismo que possibilitem a maior participação dos moradores do entorno imediato da UC	Percentual de colaboradores do entorno imediato atuando nos serviços necessários ao PN Matinguari

5.6 Programa de Conhecimento – Pesquisa e Monitoramento

Descrição

O programa de Conhecimento – Pesquisa e Monitoramento visa o incentivo de estudos científicos e monitoramento ambiental relativo à situação dos Alvos de Conservação do PN Matinguari, de acordo com o Modelo Conceitual da UC. O incentivo a pesquisa na UC é fundamental para auxílio à gestão, assim como para um melhor conhecimento sobre o contexto socioambiental do PN Matinguari, uma vez que são as pesquisas e estudos que fornecem os subsídios necessários para uma melhor compreensão do território e suas complexidades.

As atividades relativas a este programa deverão focar no preenchimento das lacunas de conhecimento identificadas durante a elaboração do diagnóstico ambiental da UC, bem como na

identificação de oportunidades em relação às dinâmicas já existentes. Tendo em vista que ainda existem lacunas de conhecimento sobre o PN Matinguari, este passa a ser o ponto de partida para o desenvolvimento de pesquisas visando, além da maior geração de conhecimento sobre a UC, mitigar as ameaças identificadas no modelo conceitual.

O programa está relacionado à ampliação do conhecimento sobre o PN Matinguari (pesquisa e monitoramento), de forma a subsidiar uma melhor gestão, assim como contribuir na diminuição das pressões e ameaças sobre os Alvos de Conservação, através do monitoramento dos Atributos Ecológicos Chave, definidos na Oficina de Consolidação dos Diagnósticos do Interflúvio Purus-Madeira e apresentados anexo ao Plano de Manejo.

O programa de conhecimento da UC, deverá dialogar com **as recomendações de programas especiais**, a saber:

1. Programa específico para crocodilianos e quelônios;
2. Programa de pesquisa e monitoramento com espécies de mamíferos;

Além disso, este programa deverá dialogar também com os **Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção relacionados com o Interflúvio Purus-Madeira**, a saber:

1. Plano de Ação Nacional aves de rapina;
2. Plano de Ação Nacional aves limícolas;
3. Plano de Ação Nacional aves galiformes;
4. Plano de Ação Nacional pequenos felinos;
5. Plano de Ação Nacional Onça pintada;
6. Plano de Ação Nacional Ariranha;
7. Plano de Ação Nacional Peixe-boi da Amazônia;
8. Plano de Ação Nacional Quelônios da Amazônia;
9. Plano de Ação Nacional Cactaceae e dados das espécies cities.

As recomendações de programas especiais e planos de ação nacionais são apresentados nos anexos do Plano de Manejo.

Objetivo

Produzir dados científicos que preencham as lacunas de conhecimento prioritárias para gestão da UC, para possibilitar a avaliação da saúde dos Alvos de Conservação, através dos Atributos Ecológicos Chaves correspondentes a cada alvo.

Diretrizes

- Apoiar e estimular a elaboração de pesquisas científicas voltadas aos desafios de gestão e monitoramentos do PN Matinguari, como por exemplo, pesquisas relacionadas ao MIF, uma vez que este compõe uma das estratégias prioritárias de gestão da UC;
- Monitoramento dos Alvos de Conservação do PN Matinguari baseado nos Atributos Ecológicos Chave, seus indicadores e parâmetros;
- Definição das pesquisas prioritárias referentes aos meios físico, biótico e socioeconômico;
- Alinhar as diretrizes de pesquisas do PN alinhado às diretrizes gerais da DIBIO;
- Apoiar e estimular a elaboração de pesquisas científicas relacionadas aos Planos de Ação Nacionais para Conservação das espécies ameaçadas de extinção no contexto do Interflúvio Purus-Madeira;

Tabela 14. Matriz de atividades do Programa de Conhecimento – Pesquisa e Monitoramento

Atividade	Meta	Indicador
1. Fomentar o desenvolvimento das pesquisas prioritárias elencadas no Plano de Manejo através de parcerias com instituições de pesquisas;	Fomentar a realização das pesquisas prioritárias junto a instituições parceiras em até 6 anos após aprovação do Plano de Manejo	Número de pesquisas prioritárias realizadas
2. Elaborar e implementar Plano de Monitoramento que permita avaliar os alvos de conservação, bem como o estabelecimento de metas e indicadores associados aos atributos ecológicos chaves dos alvos;	Consolidação do plano de monitoramento em até 3 anos após aprovação do Plano de Manejo	Plano de monitoramento consolidado
3. Consolidar as informações sobre pesquisas do PN Matinguari no banco de dados do ICMBio e retroalimentar constantemente a situação das pesquisas necessárias e realizadas na UC, favorecendo a visita de pesquisadores e a produção continuada de conhecimento sobre a área	Consolidação do banco de dados sobre as pesquisas realizadas na UC e entorno em até 3 anos após aprovação do Plano de Manejo	Número de pesquisas realizadas na UC e entorno
4. Divulgar as demandas de pesquisa do PN Matinguari para universidades e projetos de conservação;	Criar um canal de comunicação junto as Universidades para divulgação das demandas de pesquisas em até 3 anos após aprovação do Plano de Manejo	Canal de comunicação consolidado
5. Avaliar e monitorar os impactos – positivos e negativos – dos diversos drenos existentes nas áreas abertas e ao longo das estradas (ZUEX Campos Abertos e ZUREC canã-da-campina, Linha 9 e APROSAM) para um melhor entendimento em relação a dinâmica destas áreas (solo, vegetação, fauna, etc.) e consequências para as diversas atividades da UC (proteção, Uso Público, etc.);	Compreender os impactos relacionados aos drenos sobre as áreas onde estes estão localizados em até 6 anos após aprovação do Plano de Manejo	Impactos relacionados aos drenos identificados
	Realizar intervenções (caso sejam necessárias) visando minimizar os impactos negativos dos drenos em até 9 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Intervenções (caso necessárias) realizadas
6. Estimular espaços para apresentação, divulgação e discussão dos resultados das pesquisas pertinentes ao PN Matinguari através de seminários, palestras e outras formas.	Realização de um "encontro científico" bianual para apresentação das pesquisas realizadas no PN Matinguari e discussões sobre o cenário científico da UC	Registros dos encontros científicos
7. Implementar uma grade/transecto PPBIO no PN Matinguari para pesquisas de longo prazo	Estabelecer a grade/ transecto PPBIO em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Grade/ transecto PPBIO consolidada

Pesquisas Prioritárias

A partir dos resultados dos diagnósticos ambiental e socioeconômico do PN Matinguari, foram elencadas as pesquisas prioritárias para a UC. Neste sentido, estas pesquisas foram classificadas numa escala de 1 a 5, onde 1 representa maior prioridade para desenvolvimento de pesquisas e 5 menor prioridade, estando esta priorização diretamente relacionada ao contexto das estratégias prioritárias, alvos de conservação, atributos ecológicos chave (AEC), recomendações de programas especiais, Planos de Ação Nacionais e outras pesquisas elencadas pelos pesquisadores durante o

diagnóstico, conforme exposto na tabela a seguir. É importante ressaltar, que as temáticas que se encontrem classificadas como prioritárias terão prioridade no que tange à apoio da gestão da UC.

Tabela 15. Matriz das pesquisas prioritárias do PN Mapinguari

Pesquisa	Relação com Gestão do PN Mapinguari	Prioridade de Pesquisa
Avaliação da viabilidade populacional das espécies madeiras mais exploradas e dos castanheais	Alvo de Conservação Floresta de Terra Firme	1
Monitoramento das populações das espécies alvos de caça e grandes carnívoros	Atributo Ecológico Chave (AEC)	1
Pesquisar a biodiversidade e os processos ecológicos das áreas de Savanas e Savanas florestadas, que constituem ambientes distintos entre si, buscando classifica-los entre Cerrado, Campinarana, etc;	Alvo de Conservação Cerrado e Campinarana	1
Monitorar a dinâmica e a sazonalidade do fogo nos campos, com avaliação dos possíveis efeitos positivos e negativos do fogo de origem natural uma vez que este pode representar um fator de modificação potencial dos habitats de transição (ecótonos). Considerar a necessidade de saber se o manejo de fogo dentro do Parque beneficia espécies com prioridade de conservação, como por exemplo, os veados-campeiros	Estratégia Prioritária de Manejo do Fogo	1
Realizar levantamento populacional do veado-campeiro comparando as savanas sujeitas às queimadas ocasionais e contato com frentes potenciais de ameaça (parte norte), com os campos isolados do interior da UC	Estratégia Prioritária de Manejo do Fogo	2
Avaliar o potencial do parque como referência no ecoturismo e turismo científico regional baseados na observação de mamíferos nos campos, inclusive considerando a viabilidade de adensar as populações de espécies de mamíferos carismáticos	Programa de Gestão – Uso Público	3
Pesquisar sobre a ecologia local de três espécies especialmente adequadas para a observação de mamíferos grandes: o tamanduá-bandeira (<i>Myrmecophaga tridactyla</i>), o veado-campeiro (<i>Ozotoceros bezoarticus</i>), e a anta (<i>Tapirus</i>) terrestres. Conhecer mais sobre as exigências ambientais das espécies (e. g. padrões de movimento, hábitos alimentares, uso de habitats) para proporcionar vivências para visitantes interessados em turismo científico e educação ambiental	Programa de Gestão – Uso Público	3
Monitorar a qualidade da água e acumulação de contaminantes tóxicos na cadeia alimentar	Atributo Ecológico Chave (AEC)	2

Continuação tabela 15

Pesquisa	Relação com Gestão do PN Matinguari	Prioridade de Pesquisa
Pesquisar a biodiversidade herpetofaunística do PN Matinguari observando a diversidade de ambientes locais, o ciclo sazonal e um maior conjunto de métodos de amostragem;	Programa de Gestão - Pesquisa e Monitoramento	3
Monitorar a erradicação de espécies exóticas que porventura sejam registradas na área e aquelas mais típicas de ambientes abertos que são encontradas nas áreas de mineração;	Programa de Gestão - Pesquisa e Monitoramento	3
Estimular pesquisas de base genética para se determinar qual o grau de isolamento existente na flora e fauna das áreas de ambiente savânico;	Programa de Gestão - Pesquisa e Monitoramento	3
Identificar espécies indicadores de qualidade ambiental das áreas abertas naturais para serem utilizados no monitoramento desses ambientes (alinhamento AEC)	Programa de Gestão - Pesquisa e Monitoramento	3
Na ZUEX Campos do Norte, monitorar a dinâmica dos murundus frente aos impactos, o que seria uma linha de pesquisa inovadora no contexto amazônico;	Programa de Gestão - Pesquisa e Monitoramento	4
Incentivar inventários florísticos na ZP Coti (Savana Gramíneo-Lenhosa sem floresta-de-galeria) considerando o número de espécies inventariadas que foram exclusivas desta trilha.	Programa de Gestão - Pesquisa e Monitoramento	3
Planos de Ação Nacionais	<i>Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção relacionados com o Interflúvio Purus-Madeira</i>	3
Recomendações de programas especiais	Recomendações de programas especiais	4

5.7 Programa de Uso Público

Descrição

O programa de Uso Público do PN Matinguari visa fornecer as orientações estratégicas necessárias para efetivar a visitação na UC, tendo as atividades a serem desenvolvidas, como ferramenta de conservação, minimizando as ameaças a partir e, através do uso indireto dos recursos naturais e da biodiversidade, contribuindo para a manutenção dos alvos de conservação. Entende-se que o programa de Uso Público, deve dialogar com os outros programas do PN Matinguari, como por exemplo Educação Ambiental, visando, além do desenvolvimento de estratégias relacionadas ao ordenamento de atividades, desenvolver também estratégias de sensibilização de visitantes e condutores.

As atividades do Programa devem respeitar as normas estabelecidas para cada uma das zonas, que se diferenciam quanto à restrição de atividades e instalação de equipamentos de apoio à visitação.

O detalhamento sobre o modelo e as diretrizes das ações operacionais de implementação do Uso Público no PN Matinguari ficarão sob responsabilidade do Plano de Uso Público, o qual deverá ser revisto sempre que necessário, de acordo com orientações da Coordenação Geral de Uso Público – CGEUP. Todas as suas versões deverão ser arquivadas em processo único na Unidade de Conservação, para o registro do histórico.

As normas operacionais de cada atividade, cuja demanda de flexibilidade é maior em função da dinâmica das atividades e da UC, serão estipuladas pela chefia da UC, conforme previsto nas Normas Gerais, tendo como base também os documentos norteadores da ABNT para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo de natureza, principalmente aquelas ligadas ao Turismo de Aventura.

Objetivo

O objetivo do Programa é planejar e promover o Uso Público no PN Mapinguari, com o intuito de gerar benefícios socioeconômicos para o entorno, assim como ter o turismo como uma das ferramentas para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais e da valorização da história e cultura local.

Diretrizes

- Desenvolver o programa de Uso Público de acordo com as diretrizes e normas do Plano de Uso Público do PN Mapinguari e de acordo com o zoneamento da UC;
- Dotar o PN Mapinguari de infraestruturas de apoio à visitação;
- Possibilitar alternativas de renda para a população do entorno do Parque, de acordo com as atividades previstas na estratégica prioritária de geração de alternativas de renda;
- Auxiliar no processo de capacitação dos atores do trade turístico local para o desenvolvimento das atividades de Uso Público previstas para o PN Mapinguari;
- Estabelecer parcerias com o trade turístico para o desenvolvimento das atividades de Uso Público previstas no Plano de Uso Público;
- Elaborar estratégias de divulgação dos atrativos do PN Mapinguari;
- Monitorar os impactos gerados pelas atividades relativas ao Uso Público;

Tabela 16. Matriz de atividades do Programa de Uso Público

Atividade	Meta	Indicador
1. Implementar e monitorar o Plano de Uso Público;	a. Consolidar o Plano de Uso Público em até um ano após aprovação do Plano de Manejo; b. Implementar o Plano de Uso Público em até 7 anos após aprovação do Plano de Manejo	a. Plano de Uso Público consolidado; b. Ações desenvolvidas relacionadas ao Uso Público
2. Elaborar e implementar projetos específicos para as estruturas a serem implantadas para suporte a visitação;	a. Consolidação dos projetos executivos das estruturas de apoio a visitação em até 6 anos após a elaboração do Plano de Manejo; b. Implantação de pelo menos 70% das estruturas de apoio a visitação, previstas no Plano de Uso Público, em até 9 anos após aprovação do Plano de Manejo	a. Projetos executivos elaborados; b. Estruturas implantadas
3. Realizar, conforme Roteiro Metodológico para Manejo de Impacto da Visitação (ICMBio, 2011), estudos periódicos para determinação e avaliação do (NBV) dos atrativos do parque	Monitoramento anual dos atrativos do PN Mapinguari abertos à visitação para ajustes do NBV	Resultados do NBV
4. Elaborar e implementar um plano de monitoramento de impacto da visitação e das atividades de uso público, além do monitoramento e manutenção das trilhas e atrativos do PN Mapinguari;	a. Consolidação do Plano de Monitoramento dos impactos da visitação em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo; b. Realização do monitoramento anual das atividades e das estruturas destinadas ao Uso Público	a. Plano de monitoramento consolidado; b. Impactos das atividades, estruturas e atrativos identificados

5. Elaborar e implantar projeto de sinalização no PN Matinguari;	a. Consolidação do projeto de sinalização do PN Matinguari em até 3 anos após aprovação do Plano de Manejo; b. Implementação da sinalização turística do PN Matinguari em até 6 anos após aprovação do Plano de Manejo	a. Projeto de sinalização elaborado; b. Percentual da sinalização turística implementada
--	---	---

Continuação tabela 16

Atividade	Meta	Indicador
6. Apoiar o desenvolvimento de projetos junto às comunidades do entorno, que favoreçam a implementação de alternativas de renda e empreendedorismo local associadas ao Ecoturismo;	Apoiar no mínimo 1 projeto associado ao desenvolvimento turístico, junto as comunidades locais, a cada 3 anos	Projetos apoiados pela UC
7. Elaborar uma agenda de atividades para a estruturação de roteiros de visitação no PN Matinguari, em articulação com entidades parceiras, empresas turísticas e usuários interessados;	Consolidar a estruturação dos roteiros de visitação em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Roteiros estruturados
8. Detalhar os diferentes roteiros turísticos do PN Matinguari (documentos específicos) visando auxiliar a visitação e o controle das atividades desenvolvidas;	Detalhamento dos principais roteiros turísticos do PN em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Roteiros detalhados
9. Consolidar as normas para as diferentes atividades turísticas permitidas no PN Matinguari, de acordo com orientações da CGEUP e outros documentos normativos;	Normas da visitação detalhadas em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Normas detalhadas
10. Viabilizar autorizações, concessões dentre outras possibilidades de envolvimento de parceiros, na prestação de serviços de apoio à visitação no PN Matinguari, conforme demandas da UC.	Estudos de viabilidade técnica, jurídica e econômica consolidados em até 6 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Estudos consolidados
11. Estabelecer um mecanismo de controle da visitação do PN Matinguari	Consolidar o mecanismo de controle da visitação em até 3 anos após a aprovação do Plano de Manejo	Mecanismo consolidado

Priorização das Áreas

As atividades de Uso Público serão realizadas nas Zonas de Uso Intensivo, Extensivo e Primitiva do PN Matinguari, e de acordo com os resultados da Oficina de Uso Público, deve-se iniciar a implantação das atividades nas Zonas de Uso Intensivo (ZUI) e Extensivo (ZUEx) da região dos Campos do Norte e Mucuim.

As diretrizes gerais, os tipos de atividade, assim como as intensidades do uso, serão delimitados de acordo com as características de cada uma destas zonas, conforme exposto na tabela anexa a este Plano de Manejo, baseada na metodologia ROVAP.

Priorização de implementação das atividades

Apresentam-se a seguir as áreas e atividades prioritárias de implantação, baseado nos resultados da Oficina de Uso Público e da reunião de Estruturação do Planejamento. A priorização de implantação das atividades está representada em escala de 1 a 5, **onde 1 representa aquelas atividades cuja prioridade de implantação é maior e 5 representa aquelas onde a prioridade de implantação é menor.**

Tabela 17. Atividades prioritárias de Uso Público para implantação na região dos Campos do Norte

Atividade	Prioridade				
	1	2	3	4	5
Turismo fora de estrada com 4x4					
Cicloturismo					
Arvorismo					
Caminhadas de curta distância					
Canoagem					
Caiaque					
Balonismo					
Observação de fauna					
Voo livre motorizado					
Camping					

Tabela 18. Atividades prioritárias de Uso Público para implantação na região do Mucuí

Atividade	Prioridade				
	1	2	3	4	5
Turismo de Praia					
Canoagem					
Caiaque					
Stand up					
Flutuação					
Observação de fauna					
Caminhada de curta distância					
Camping					

É importante salientar que, além das duas áreas prioritárias para implantação das atividades turísticas, o Uso Público deve ser implantado em todas as áreas do PN Matinguari definidas para tal, conforme consta no zoneamento e no Plano de Uso Público da UC. O programa de Uso Público deverá ser implantado de forma gradativa, priorizando sua implantação de acordo com as demandas e oportunidades do PN Matinguari, assim como a partir das diretrizes e estratégias propostas no Plano de Uso Público.

Definição das regras

Visando um melhor aproveitamento e otimização da realização das atividades previstas no programa de Uso Público, optou-se pela divisão das regras em duas categorias: **(i) regras para operadores/prestadores serviço de turismo; (ii) regras para o visitante individual:**

- i. **Operadores/ prestadores de serviços:** Sugere-se que os operadores/ prestadores de serviços, para desenvolvimento das atividades turísticas sigam as normas transversais ABNT de Turismo de Aventura, normas ABNT específicas para as atividades praticadas⁸, as

⁸ Caso a atividade não possua norma ABNT específica, o operador/ prestador de serviço, deverá se adequar às outras normas e regras estabelecidas pelo PN Matinguari, de acordo com o Plano de Uso Público. É importante ressaltar que não se trata de uma obrigatoriedade, porém é indicado que os operadores sigam as normas da ABNT visando a segurança de todos os envolvidos.

normas do Sistema de Gestão de Segurança (SGS) consolidadas pela Associação Brasileira de Turismo de Aventura e Ecoturismo (ABETA), quando aplicável. É obrigatório que os operadores sigam as normas estabelecidas para as zonas onde as atividades serão desenvolvidas (ver zoneamento) e outras regras complementares estabelecidas no Plano de Uso Público do PN Mapinguari;

- ii. **Visitantes individuais:** Deverão seguir as normas estabelecidas para as zonas onde as atividades serão desenvolvidas (ver zoneamento) e outras regras complementares estabelecidas no Plano de Uso Público do PN Mapinguari;

Apresenta-se a seguir as normas ABNT disponíveis para as atividades previstas no PN Mapinguari

1. Arvorismo – **Normas ABNT Específicas: ABNT NBR 15508-2 – Turismo de aventura – Parque de arvorismo – Parte 2 Requisitos de operação;**
2. Balonismo – **Não há normas específicas da ABNT para o balonismo. A atividade é regida pelas normas de voo da ANAC;**
3. Caiaque: **Normas Transversais Turismo de Aventura ABNT e normas e regras estabelecidas pelo zoneamento e Plano de Uso Público do PN Mapinguari;**
4. Caminhada de longo percurso (travessias)
 - a. **ABNT NBR 15505-1 – Turismo com atividades de caminhada – Parte 1: Requisitos para produto;**
 - b. **ABNT NBR 15505-2 – Turismo com atividades de caminhada – Parte 2: Classificação de percursos;**
 - c. **ABNT NBR 15398 – Turismo de Aventura – Condutores de caminhada de longo curso – Competências de pessoal;**
5. Caminhadas de curta duração
 - a. **ABNT NBR 15505-1 – Turismo com atividades de caminhada – Parte 1: Requisitos para produto;**
 - b. **ABNT NBR 15505-2 – Turismo com atividades de caminhada – Parte 2: Classificação de percursos;**
 - c. **ABNT NBR 15398 – Turismo de Aventura – Condutores de caminhada de longo curso – Competências de pessoal;**
6. Camping – **Normas Transversais Turismo de Aventura ABNT e normas e regras estabelecidas pelo zoneamento e Plano de Uso Público do PN Mapinguari;**
7. Canoagem – **Normas Transversais Turismo de Aventura ABNT e normas e regras estabelecidas pelo zoneamento e Plano de Uso Público do PN Mapinguari;**
8. Cicloturismo – **Normas ABNT Específicas: ABNT NBR 15509-1 – Cicloturismo – Parte 1: Requisitos para produto**
9. Mountain bike: **Normas Transversais Turismo de Aventura ABNT e normas e regras estabelecidas pelo zoneamento e Plano de Uso Público do PN Mapinguari;**
10. Observação de fauna – **Normas Transversais Turismo de Aventura ABNT e normas e regras estabelecidas pelo zoneamento e Plano de Uso Público do PN Mapinguari;**
11. Passeios 4X4
 - a. **Normas ABNT Específicas: ABNT NBR 15383 – Turismo de Aventura – Condutores de turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues – Competências de pessoal;**
 - b. **ABNT NBR 15453 – Turismo de Aventura – Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues – Requisitos para produto;**
12. Quadriciclo: **Normas Transversais Turismo de Aventura ABNT e normas e regras estabelecidas pelo zoneamento e Plano de Uso Público do PN Mapinguari;**
13. Stand Up: **Normas Transversais Turismo de Aventura ABNT e normas e regras estabelecidas pelo zoneamento e Plano de Uso Público do PN Mapinguari;**
14. Turismo de praia: **Normas Transversais Turismo de Aventura ABNT e normas e regras estabelecidas pelo zoneamento e Plano de Uso Público do PN Mapinguari;**
15. Voo livre: **Não há normas específicas da ABNT para voo livre. A atividade é regida pelas normas de voo da ANAC;**

16. Flutuação: **Normas Transversais Turismo de Aventura ABNT e normas e regras estabelecidas pelo zoneamento e Plano de Uso Público do PN Mapinguari;**

Normas Transversais Turismo de Aventura ABNT

- **ABNT NBR 15285** – Turismo de Aventura – Líderes – Competência de pessoal
- ABNT NBR ISO 21103:2014** – Turismo de Aventura – Informações à participantes
- ABNT NBR ISO 21101:2014** – Turismo de aventura – Sistemas de gestão da segurança – Requisitos
- ABNT NBR 15500:2014** – Turismo de Aventura – Terminologia

5.8 Cronograma de Implantação das Estratégias, Programas e Subprogramas

A partir da definição das estratégias e dos programas de gestão do PN Mapinguari, apresenta-se a seguir as tabelas sínteses sinalizando o prazo para início da implantação dos mesmos e respectivas atividades, assim como para cumprimento das metas. Tendo em vista que para o planejamento do PN Mapinguari estabeleceu-se um horizonte de planejamento de 9 anos, tem-se que:

- Curto prazo: 1 a 3 anos
- Médio prazo: 4 a 6 anos;
- Longo prazo: 7 a 9 anos.

6. ZONEAMENTO DO PN MAPINGUARI

O Zoneamento é um dos instrumentos técnicos de gestão pelo qual a UC é ordenada em diferentes zonas, de acordo com suas características e objetivos, em relação à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, assim como em relação aos diferentes usos (diretos e indiretos) previstos para cada uma destas zonas.

Segundo a Lei 9.985/00 (SNUC) o Zoneamento é definido por “setores ou zonas com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da Unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”. Neste contexto, cada Zona pode atender um ou vários objetivos de manejo.

Neste contexto, o Zoneamento do PN Mapinguari ficou definido em 7 (sete) zonas, apresentadas a seguir e suas áreas apresentadas na tabela 27:

- Zona de Preservação (ZPe);
- Zona Primitiva (ZPi);
- Zona de Uso Extensivo (ZUEx);
- Zona de Uso Intensivo (ZUI);
- Zona de Uso Especial (ZUE);
- Zona de Uso Conflitante (ZUC);
- Zona de Recuperação (ZR);

Tabela 27. Zonas do PN Mapinguari e suas respectivas áreas

ZONA	ÁREA (Ha)
PRESERVAÇÃO	369.185,31
PRIMITIVA	1.195.391,25
RECUPERAÇÃO	66.507,52
USO CONFLITANTE	1.296,15
USO ESPECIAL	526,00
USO EXTENSIVO	141.772,33
USO INTENSIVO	2.236,60
TOTAL	1.776.915,16

O memorial descritivo de todas as zonas encontra-se anexo a este Plano de Manejo.

Figura 14. Detalhamento zoneamento PN Mapinguari - Porção norte da UC

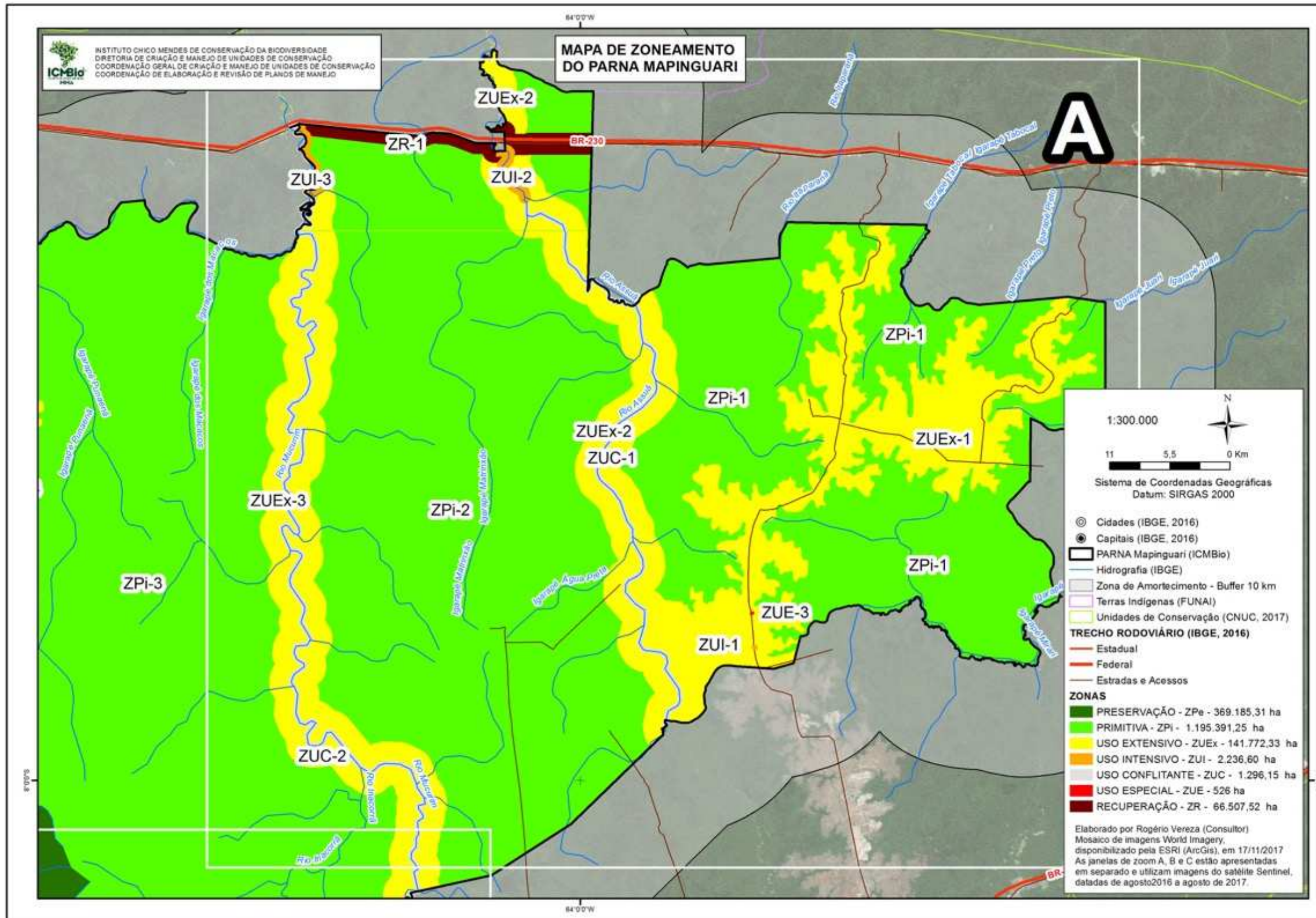


Figura 15. Detalhamento zoneamento PN Matinguari - Porção central da UC

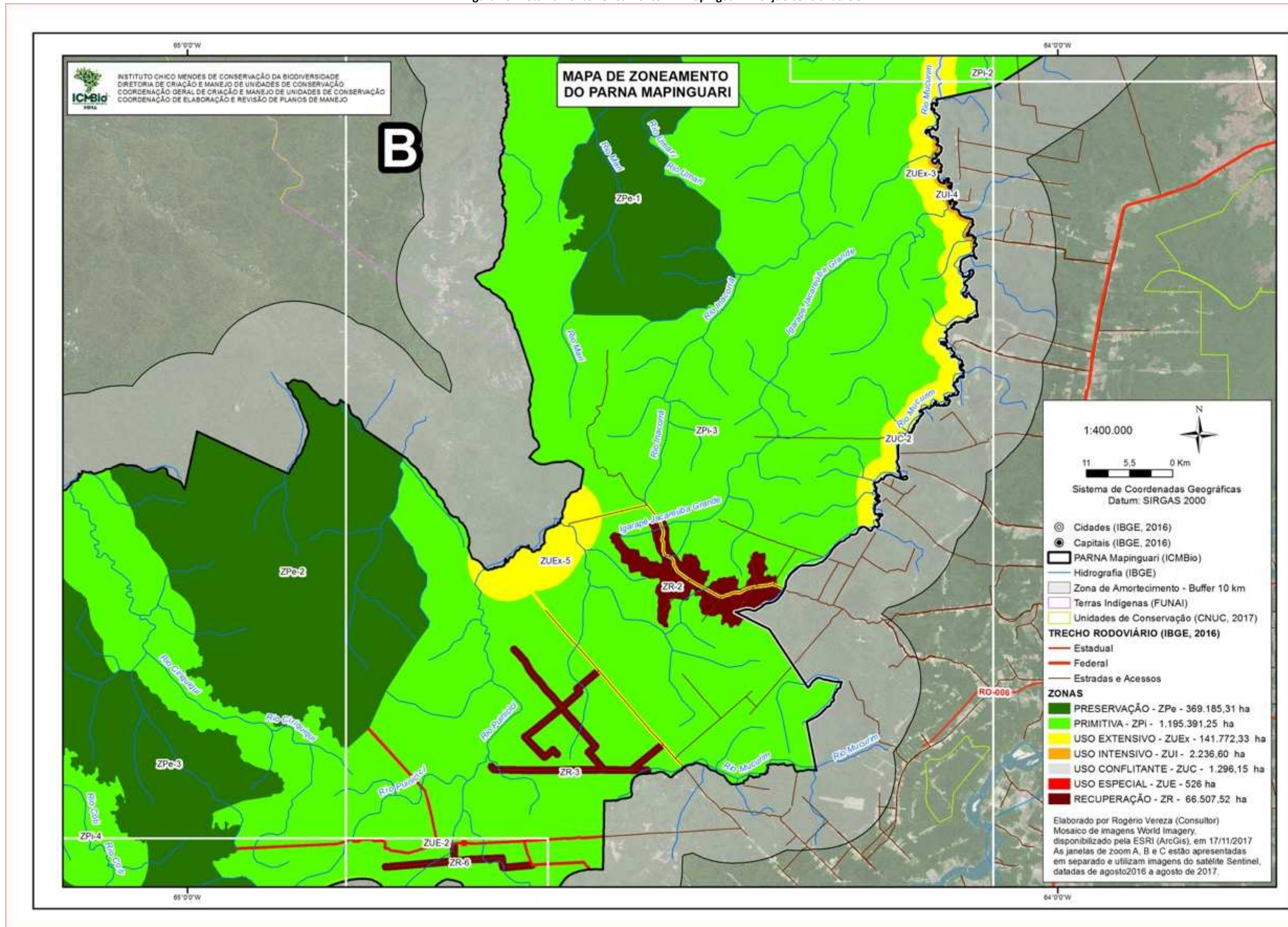


Figura 16. Detalhamento zoneamento PN Mapinguari - Porção sul da UC

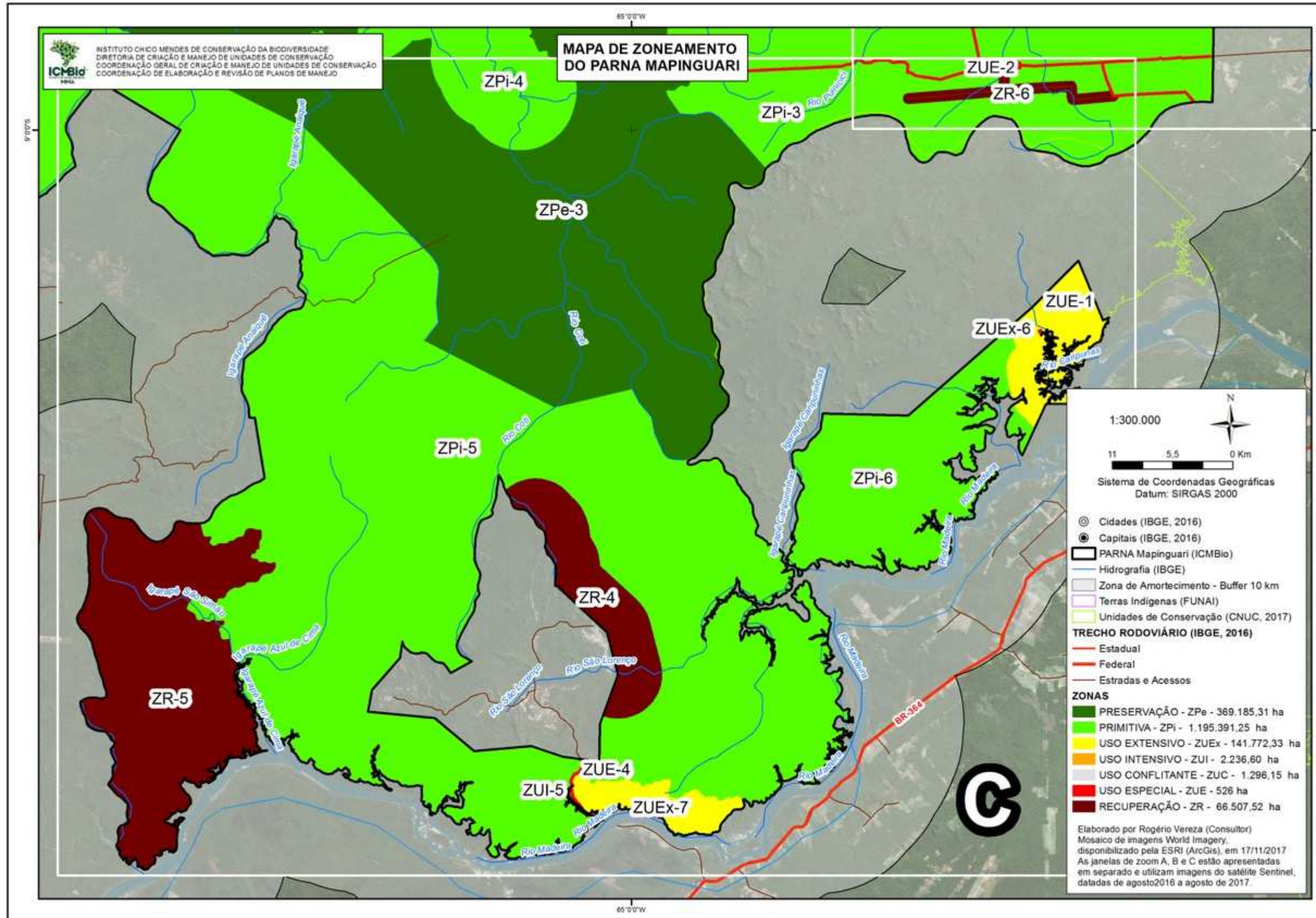
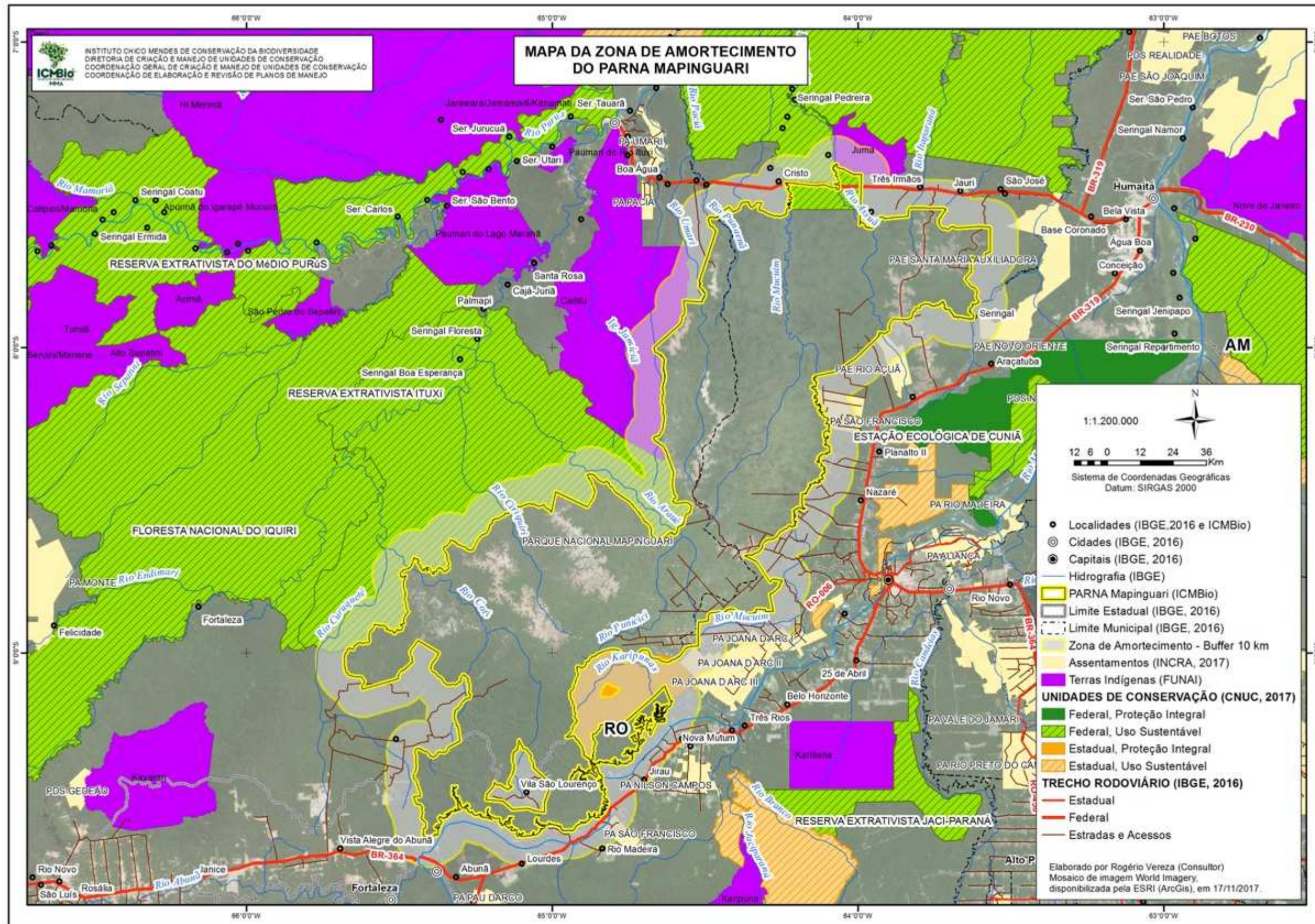


Figura 17. Zona de Amortecimento PN Mapeguari



6.1 Zona de Preservação (ZPe)

Definição

É aquela onde a primitividade da natureza permanece a mais preservada possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde são permitidas atividades humanas regulamentadas

Objetivo Geral

O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo os processos de evolução natural com proteção e fiscalização e possibilitar atividades de pesquisa científica que não alterem as características naturais.

Descrição e Objetivos Específicos

Considerando a necessidade de proteger as áreas mais conservadas e vulneráveis das formações abertas, florestais e seus ecótonos, bem como as espécies a estas associadas e proteger porções de Cerrado relictuais e a localização de nascentes, foram identificadas três áreas a serem mantidas como de preservação:

1. ZPe 1 - Umari;
2. ZPe 2 - Ciriquiqui;
3. ZPe 3 - Coti.

Estas áreas somam **369.185,31** hectares, representando 20.77 % da área da unidade, conforme apresentado na tabela 28.

Tabela 28. Zona de preservação, suas subdivisões e respectivas áreas

ZONA	NOME	ÁREA (Ha)
PRESERVAÇÃO	ZPe Umari	56.399,79
	ZPe Ciriquiqui	105.906,43
	ZPe Coti	206.879,10
TOTAL		369.185,31

ZPe 1 - Umari: Área com 56.391 hectares, localizada na região noroeste da UC, abrangendo parte do enclave que abriga as nascentes do rio Umari e compreendendo área de campinarana que circunda o referido enclave. A área tem por característica abundância de buritizais, com alagamentos periódicos propiciando um ambiente favorável para a ocorrência do *Blastocerus dichotomus*, popularmente conhecido como cervo do pantanal. Outro registro importante na Zona de Preservação do Enclave Umari foi a presença de uma nova espécie de ave denominada popularmente de canção-da-campina, *Cyanocorax hafferi*, descrita por Conh-haft (2013).

ZPe 2 - Ciriquiqui: Área com 105.934 hectares em que se destaca o enclave de cerrado mais isolado do PN Mapinguari, sem qualquer conexão com os demais enclaves, sem acessos terrestres identificados e uso aparente. Essa área caracteriza-se como divisor das microbacias Ciriquiqui e Punicici.

ZPe 3 - Coti: Área com 206.965 hectares que abrange três Unidades de Paisagens (UPN) distintas, sendo as UPN 12, 13 e 14. Dentre essas, destaca-se a UPN 14 por sua baixa representatividade nas Unidades de Conservação situadas no interflúvio Purus-Madeira. Outra peculiaridade é a diversidade de ambientes nesta zona, com ambientes de enclave de cerrado, campinarana, terra firme, além do divisor de bacias Purus-Madeira na região do maciço geológico Serra dos Três Irmãos.

Normas

1. Não será permitida a visitação a qualquer título.
2. As atividades humanas são limitadas a pesquisa, ao monitoramento e a proteção;
3. A pesquisa ocorrerá somente com fins científicos, desde que não possa ser realizada em outras zonas.
4. Não serão permitidos deslocamentos em veículos pesados, exceto em situações de emergência, para garantir a proteção de áreas ou pessoas envolvidas em atividades ligadas a UC.
5. As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.

6.2 Zona Primitiva (ZPi)

Definição

É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, na qual ocorrem espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Possui características de transição entre a Zona de Preservação e outras zonas, devendo funcionar como tampão daquela.

Objetivo Geral

Preservar o ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica e atividades de uso público de baixo impacto em ambientes bem preservados.

Descrição e Objetivos Específicos

A Zona de Primitiva exerce o papel de amortizar os impactos das atividades desenvolvidas em zonas de maior uso, com atividades de maior impacto, e atividade exteriores aos limites da UC, protegendo assim, a Zona Preservação.

No PN Matinguari foram identificadas seis Zonas Primitivas, sendo elas:

1. **ZPi 1** - Ipixuna;
2. **ZPi 2** - Mucuim;
3. **ZPi 3** - Campinarana;
4. **ZPi 4** - Coti;
5. **ZPi 5** - Candomblé e;
6. **ZPi 6** - Três Irmãos.

Essas áreas somam **1.195.391,25** hectares, representando 68,32% da área total da UC, conforme apresentado na tabela 29.

Tabela 29. Zona Primitiva, suas subdivisões e respectivas áreas

ZONA	NOME	ÁREA (Ha)
PRIMITIVA	ZPi Ipixuna	85.462,60
	ZPi Mucuim	149.354,79
	ZPi Campinarama	660.030,29
	ZPi Coti	49.747,09
	ZPi Candomblé	226.173,05
	ZPi Três Irmãos	24.623,42
TOTAL		1.195.391,25

ZPi 1 - Ipixuna – Área com 85.283 hectares é uma região rica em drenagens compreendendo inúmeras nascentes que formam a bacia do rio Ipixuna, circundando a Zona de Uso Extensivo Campos do Norte.

ZPi 2 - Mucuim – Área com 149.094 hectares localiza-se no interflúvio dos Rios Mucuim e Assuã e suas respectivas Zonas de Uso Extensivo. Parte dessa área é formada por Floresta de terra firme.

ZPi 3 - Campinarana – Área com 884.545 hectares é a Zona Primitiva mais extensa do Parque Nacional Mapinguari e de maior heterogeneidade ambiental, compreendendo desde ambientes de floresta densa, passando por campinarana, cerradão, cerrado, campos abertos até áreas montanhosas.

ZPi 4 - Coti – Área com 49.770 hectares. Compreende a calha principal da bacia do Rio Coti e faz conexão direta com a RESEX Ituxi.

ZPi 5 - Candomblé – Área com 225.291 hectares compreende a região extremo sul do Parque Nacional Mapinguari, com destaque para a vegetação de floresta de terra firme. Parte das nascentes dos rios e igarapés drenam para a bacia do Rio Purus, enquanto a outra parte drena para o rio Madeira. Ainda se destaca pela presença do maciço geológico Candomblé, sendo um dos pontos mais altos do interflúvio Purus Madeira.

ZPi 6 - Três Irmãos – Área com 25.748 hectares compreende o maciço geológico Três Irmãos e faz limite direto com os empreendimentos hidrelétricos do Rio Madeira. É formada principalmente por floresta de terra firme.

Normas

6. As atividades permitidas são a proteção, pesquisa científica, monitoramento ambiental e a visitação de baixo impacto;
7. Será permitida a implementação da grade ou transectos do PPBIO, com autorização prévia do gestor da UC;
8. As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.
9. Serão permitidas somente instalações de infraestrutura físicas e/ou facilidades na ZPri, inclusive sinalização, em casos excepcionais e temporários, bem como outras imprescindíveis às atividades de proteção, pesquisa e visitação de baixo impacto (formas rústicas ou primitivas), quando essenciais para garantia da segurança do visitante ou proteção de ambientes frágeis;
10. Não serão permitidos deslocamentos em veículos automotores, exceto em situações de emergência, para garantir a proteção de áreas ou segurança de pessoas envolvidas em atividades ligadas a UC;
11. São permitidos o pouso e a decolagem de helicópteros e aviões de pequeno porte em casos de combate aos incêndios, resgate e salvamento, bem como em situações excepcionais imprescindíveis à proteção da UC e às atividades de pesquisa;
12. Não será permitida a utilização de fogueiras nas atividades de visitação nesta zona.

6.3 Zona de Uso Extensivo (ZUEx)

Definição

É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso aos públicos com facilidade, para fins educativos e recreativos.

Objetivo Geral

Propiciar espaços para o desenvolvimento de atividades de sensibilização, informação, uso público e educação ambiental, controlados e sem comprometer os atributos naturais.

Descrição e Objetivos Específicos

A Zona de Uso Extensivo (ZUEx) são áreas da UC em sua maior parte composta por áreas naturais conservadas, mas também com algumas intervenções antrópicas moderadas que possibilitam diferentes atividades de visitação de baixo a médio impacto.

No PN Mapinguari, foram identificadas oito Zonas de Uso Extensivo, sendo elas:

1. **ZUEx 1** – Campos do Norte;
2. **ZUEx 2** – Assuã;
3. **ZUEx 3** – Mucuim;
4. **ZUEx 4** – Umari;
5. **ZUEx** – Cachoeira da Cobra;
6. **ZUEx** – Karipunas.
7. **ZUEx** – Madeira;

Essas áreas somam um total de **141.772,33** hectares, que correspondem a 8% da área total do PN Matinguari, conforme apresentado na tabela 30.

Tabela 30. Zona de Uso Extensivo, suas subdivisões e respectivas áreas

ZONA	NOME	ÁREA (Ha)
USO EXTENSIVO	ZUEx Campos do Norte	40.042,33
	ZUEx Assuã	26.316,19
	ZUEx Mucuim	49.087,81
	ZUEx Umari	4.284,23
	ZUEx Cachoeira da Cobra	10.696,30
	ZUEx Karipunas	6.924,19
	ZUEx Madeira	4.421,27
TOTAL		141.772,33

ZUEx 1 - Campos do Norte – Área com 40.042 hectares localizada no extremo norte do Parque Nacional Matinguari, composta pelo maior enclave de cerrado contínuo da região, que compreende além da UC, que interliga às áreas de campo da Estação Ecológica do Cuniã. Destaca-se por ser a área de maior acessibilidade da UC, possibilitando deslocamentos para as BR 319 e BR 230.

ZUEx 2 - Assuã – Área com 26.316 hectares compreende a calha do rio Assuã *buffer* de 5 quilômetros em ambas as margens. Tem destaque para vegetação do tipo Floresta de Igapó dada a dinâmica hidrológica do rio Assuã. A zona é recortada por hidrovia, legalmente instituída, que conecta as comunidades residentes as margens do rio e na área de intersecção da BR 230 e BR 319.

ZUEx 3 - Mucuim – Área com 49.088 hectares compreende toda a calha do rio Mucuim *buffer* de 5 quilômetros em ambas as margens. Destaca-se a vegetação de Floresta de Igapó. Esta zona abrange toda a hidrovia do rio Mucuim, legalmente instituída, nos limites da UC, que conecta as comunidades residentes as margens do próprio rio, na BR 230, moradores da cidade de Canutama, Lábrea a Porto Velho – RO.

ZUEx 4 - Umari – Área com 4.284 hectares localizada no extremo noroeste da UC, composta por um enclave de cerrado e nascente do rio Punaenã.

ZUEx 5 - Madeira – Área com 4.421 hectares localizada na porção sul da UC, limítrofe a Zona de Uso Especial “Vai Quem Quer” e reservatório da AHE Jirau, compreendendo o ponto mais alto do interflúvio Purus-Madeira. Caracteriza-se por ter vegetação de Terra Firme com relevo mais acidentado.

ZUEx 5 - Cachoeira da Cobra – Área com 10.696 hectares, está localizada na região central do Parque Nacional Matinguari formando um circuito com objetivo de viabilizar o acesso à Cachoeira da Cobra, no rio Punicici, além de atividades de avistamento de fauna. Os acessos se darão por dois caminhos, sendo um deles o do ramal do Mucuim, Km 13 da BR 319 e o outro a partir da Linha 9 – Projeto de Assentamento Joana D’Arc.

ZUEx 6 - Karipunas – Área com 6.924 hectares localizada na primeira cachoeira do rio Karipunas e tem por objetivo viabilizar as atividades de Uso Público e apoiar as atividades de pesquisa e proteção. Ressalta-se que as estruturas já existentes nessa zona são compartilhadas com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM – RO), órgão gestor da Estação Ecológica Estadual Serra dos Três Irmãos.

Normas

13. As atividades permitidas são a pesquisa, o monitoramento ambiental, a proteção, a educação ambiental e a visitação.
14. Será admitida a sinalização para a proteção dos recursos naturais, interpretação ambiental e segurança dos visitantes, sempre em harmonia com o ambiente natural.
15. A visitação nesta zona será ordenada de acordo com o estabelecido no Plano de Uso Público;
16. A realização de fogueiras, de forma controlada, será autorizada somente em locais pré-estabelecidos no Plano de Uso Público ou, até que ele seja elaborado, conforme autorização prévia da gestão da UC;
17. A abertura de trilhas para as atividades de visitação será realizada em locais definidos no Plano de Uso Público, devendo sempre observar a fragilidade dos ambientes;
18. A infraestrutura permitida é aquela indispensável às atividades previstas e para a segurança e bem-estar dos visitantes e apoio à gestão da UC e deverá estar integrada com o ambiente natural local;
19. O uso de veículos automotores é permitido para as atividades essenciais de controle e fiscalização, pesquisa e combate a incêndios;
20. O uso de veículos para atividades de trilhas motorizadas será permitido somente em estradas pré-existentes e conforme normatizado no Plano de Uso Público, ou até que ele seja elaborado, conforme autorização prévia da gestão da UC;
21. O trânsito de veículos automotores só poderá ser feito em baixas velocidades (máximo de 50km/h) e fica expressamente proibido o uso de buzina;
22. Os visitantes, pesquisadores e funcionários devem transportar todo o resíduo sólido (orgânico e inorgânico) que produzirem nas áreas onde não há infraestrutura, sendo destinado para local adequado.
23. Poderão ser instalados sanitários rústicos, como por exemplo banheiro seco, em locais cujos usos e concentração de pessoas demandam este tipo de facilidade;
24. Poderão ser instaladas infraestruturas rústicas (abrigos, áreas de camping, etc) para apoio às atividades de visitação que demandem pernoite (caminhadas de longa distância, caiaque, canoagem, cicloturismo, atividades motorizadas, etc).
25. Será permitida a abertura de vias de acesso (estradas internas) quando de interesse da administração da UC, devidamente autorizadas pelo chefe da UC e que atendam aos critérios de mínimo impacto e quando identificado que este acesso é imprescindível para a melhoria da gestão, buscando aumentar a economicidade das ações e ofertar maior segurança para os gestores, colaboradores e usuários do PN Mappinguari.

6.4 Zona de Uso Intensivo - ZUI

Definição

É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem, com o ambiente mantido o mais próximo possível do natural, onde serão implantadas as infraestruturas e outras facilidades e serviços de apoio ao uso público (interpretação ambiental e visitação).

Objetivo Geral

Tem por objetivo facilitar atividades de interpretação ambiental ou visitação intensiva. Deve-se minimizar os impactos de implantação das infraestruturas ou os efeitos de suas atividades sobre o ambiente natural ou cultural da UC.

Descrição e Objetivos Específicos

Áreas naturais ou alteradas pelo homem, com o ambiente mantido o mais próximo possível do natural, onde serão implantadas as infraestruturas mais robustas e outras facilidades e serviços de apoio a visitação de forma mais intensa. Esta Zona tem por objetivo viabilizar a implantação de estruturas físicas que facilitem o desenvolvimento de atividades de uso público, pesquisa e proteção.

No PN Matinguari foram identificadas quatro Zonas de Uso Intensivo, sendo elas:

1. **ZUI 1** – Campos do Norte
2. **ZUI 2** – Assuã;
3. **ZUI 3** – Mucuim;
4. **ZUI 4** – Jacareúba.

Essas áreas somam um total de **2.237,60** hectares, que correspondem a 0.08% da área total do PN Matinguari, conforme apresentado na tabela 31.

Tabela 31. Zona de Uso Intensivo, suas subdivisões e respectivas áreas

ZONA	NOME	ÁREA (Ha)
USO INTENSIVO	ZUI Campos do Norte	11,52
	ZUI Assuã	617,04
	ZUI Mucuim	454,54
	ZUI Jacareuba	1.153,05
	ZUI Madeira	0,45
TOTAL		2.236,60

ZUI 1 - Campos do Norte – área localizada no enclave de cerrado ao norte do Parque Nacional Matinguari, acessada pela BR 319 e BR 230, com área de 11,52 hectares, próximo à área onde já existe uma base avançada de apoio a proteção e pesquisa sendo usada ao longo do ano. Esta ZUI tem por objetivo concentrar a maior parte das estruturas que darão apoio as atividades de uso público na ZUEx Campos do Norte e ZUEx Assuã.

ZUI 2 - Assuã – também localizada na porção norte do Parque Nacional Matinguari, limítrofe a BR 230 e Floresta Nacional Balata Tufari. Esta ZUI compreende o ponto de intersecção do rio Assuã com a BR 230, seguindo sentido montante até o primeiro afluente da margem direita do rio Assuã, abrangendo uma área de 617 hectares com *buffer* previsto de 5 km. Um dos objetivos é fomentar o engajamento da Comunidade Nossa Senhora do Carmo no desenvolvimento das atividades de recreação em contato com a natureza, de forma a possibilitar o desenvolvimento de atividades sustentáveis como alternativas de renda e bem-estar para as famílias residentes.

ZUI 3 - Mucuim – localizada na porção norte do Parque Nacional Matinguari, limítrofe a BR 230 e Floresta Nacional Balata Tufari. Esta ZUI compreende o ponto de intersecção do rio Mucuim com a BR 230, seguindo sentido montante até o primeiro afluente da margem direita do rio Mucuim, abrangendo uma área de 455 hectares. Um dos objetivos é fomentar o engajamento da Comunidade Vila Cristo no desenvolvimento das atividades de recreação em contato com a natureza, de forma a possibilitar o desenvolvimento de atividades sustentáveis como alternativas de renda e bem-estar para as famílias residentes.

ZUI 4 - Jacareúba – localizada na porção média do rio Mucuim, porção leste do Parque Nacional Matinguari, limítrofe ao Projeto de Assentamento (PA) São Francisco, no município de Canutama – AM. Esta ZUI compreende a foz do igarapé Jacareúba, afluente direto do rio Mucuim, 14 quilômetros a jusante e 14 quilômetros a montante e abrangendo uma área de 1.153 hectares. Um dos objetivos é fomentar o envolvimento das famílias moradoras do PA São Francisco para desenvolver atividades sustentáveis de recreação em contato com a natureza como alternativas de renda e bem-estar social.

Normas

- 26.** As atividades permitidas são a pesquisa, o monitoramento ambiental, a proteção, visitação e educação ambiental;
- 27.** A sinalização admitida é toda aquela destinada a proteção dos recursos, a segurança e informação do visitante, dos pesquisadores e dos funcionários, bem como à interpretação dos recursos naturais e histórico-culturais.
- 28.** A construção e a instalação de infraestrutura e outras facilidades permitidas são aquelas destinadas às atividades de proteção, pesquisa e visitação;
- 29.** O uso de veículos é permitido para as atividades de proteção, pesquisa, bem como para as atividades de visitação;
- 30.** A coleta e a destinação dos resíduos sólidos (orgânicos e inorgânicos) gerados e encontrados na ZUI deverá ser destinado para local adequado para fora da UC, ou conforme definido em ato da administração da UC.
- 31.** As construções deverão estar harmonizadas e integradas à paisagem local e buscando técnicas de mínimo impacto;
- 32.** A realização de fogueiras, de forma controlada, será autorizada somente em locais pré-estabelecidos no Plano de Uso Público ou, até que ele seja elaborado, conforme autorização prévia da gestão da UC;
- 33.** Será permitida a instalação de estruturas temporárias necessárias a realização de eventos esportivos e culturais desde que apresentado um projeto com medidas mitigadoras aprovadas pela gestão da UC.

6.5 Zona de Uso Especial (ZUE)

Definição

É aquela constituída, de preferência, por áreas antropizadas já existentes na UC, onde serão implantadas as infraestruturas administrativas (habitações funcionais, oficinas, escritórios etc.) para a gestão e manejo da Unidade.

Objetivo Geral

O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas e/ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do PN Matinguari.

Descrição e Objetivos Específicos

São as áreas destinadas à implantação das estruturas de gestão da UC, cujo objetivo é viabilizar a implantação de estruturas físicas que facilitem o desenvolvimento de atividades de pesquisa e proteção. Tratam-se de áreas antropizadas e que serão utilizadas para implantação de estruturas para apoio a gestão da UC.

No PN Matinguari foram identificadas quatro Zonas de Uso Especial, sendo elas:

1. **ZUE 1** – Campos do Norte;
2. **ZUE 2** – Vai Quem Quer;
3. **ZUE 3** – Ciriqiqui;
4. **ZUE 4** – Karipunas.

Essas áreas somam um total de **526** hectares, que correspondem a 0.05% da área total do PN Matinguari, conforme apresentado na tabela 32.

Tabela 32. Zona de Uso Especial, suas subdivisões e respectivas áreas

ZONA	NOME	ÁREA (Ha)
USO ESPECIAL	ZUE Karipunas	5,01
	ZUE Ciriquiqui	474,02
	ZUE Campos do Norte	5,76
	ZUE Vai Quem Quer	41,21
TOTAL		526,00

ZUE 1 - Campos do Norte – área localizada no enclave de cerrado ao norte do Parque Nacional Mapinguari, acessada pela BR 319 e BR 230, com área de 5,76 hectares, onde já existe uma base avançada de apoio a proteção e pesquisa sendo usada ao longo do ano.

ZUE 2 - Vai Quem Quer – localizada a porção sul do Parque Nacional Mapinguari, via de acesso ao polígono de exclusão mineração São Lourenço e Macisa, legalmente instituída pelo artigo 120 da Lei 12.249 de 11 de junho de 2010.

ZUE 3 - Ciriquiqui – localizada na porção centro-oeste do PN Mapinguari que permite o acesso as ZI Ciriquiqui e Coti. Considerando que essas Zonas Intangíveis compreendem grandes enclaves de cerrado, principalmente as ZI Coti onde encontra-se o enclave de cerrado mais distinto nos limites da UC. Esse acessos viabilização ações de proteção e pesquisa.

ZUE 4 - Karipunas – localizada na porção sul do PN Mapinguari, na margem direita do rio Karipunas em sua 1ª cachoeira. A ZUE 4 - Karipunas sedia a base de campo da Estação Ecológica da Serra dos Três Irmãos, que é administrada pela SEDAM/RO. A área em que está inserida a ZUE foi incorporada ao PN Mapinguari em 2010 mediante a Lei 12.249 que ampliou os limites da UC, sendo que anteriormente a área integrava a EE Antônio Mujica Nava que era administrada pelo Estado de Rondônia e passou para a esfera federal. O rio Karipunas é a única via de acesso para a EE Serra dos Três Irmãos, sendo que o mesmo é navegável apenas até a primeira cachoeira, local onde foi instalada a base de campo da EE Serra dos Três Irmãos.

NORMAS

34. As atividades permitidas são a pesquisa, o monitoramento ambiental e a proteção;
35. Todas as intervenções nessa ZUE deverão ser previamente autorizadas pelo ICMBio;
36. Somente permanecerão nas áreas ocupadas pela administração da UC as pessoas autorizadas que, de alguma forma, estejam relacionadas às atividades de administração, manutenção, pesquisa e serviços da UC.

6.6 Zona de Uso Conflitante (ZUC)

Definição

Constituem áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como: gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, cabos óticos, hidrovias e outros.

Objetivo Geral

Seu objetivo de manejo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a UC.

Descrição e Objetivos Específicos

No PN Mapinaguri as Zonas de Uso Conflitante (ZUC) são as hidrovias Assuã e Mucuí, considerando o leito de ambos os rios, localizados dentro da Unidade de Conservação e instituídas no decreto de criação da UC cujos usos e finalidades divergem com os objetivos de conservação da área. Esta Zona tem por objetivo compatibilizar o uso da hidrovia com os objetivos do PN Mapinguari.

Conforme colocado, o PN Mapinguari possui duas Zonas de Uso Conflitante, sendo elas:

- 1 – **ZUC 1** – Assuã
- 2 – **ZUC 2** – Mucuim

Essas áreas somam um total de **1.296,15** hectares, que correspondem a 0,1% da área total do PN Mapinguari, conforme apresentado na tabela 33.

Tabela 33. Zona de Uso Conflitante, suas subdivisões e respectivas áreas

ZONA	NOME	ÁREA (Ha)
USO CONFLITANTE	ZUC Assuã	339,29
	ZUC Mucuim	956,86
TOTAL		1.296,15

Normas

- 36.** As atividades permitidas são a pesquisa, o monitoramento ambiental, a proteção, visitação, interpretação ambiental e as necessárias ao funcionamento das hidrovias;
- 37.** Os pontos de ancoragem serão definidos pela chefia do Parque Nacional Mapinguari, de acordo com o interesse da UC;
- 38.** A sinalização informativa deverá ser disposta ao longo das hidrovias a fim de orientar os usuários a respeito de sua localização e normas em relação ao Parque Nacional Mapinguari.

6.7 Zona de Recuperação (ZR)

Definição

É aquela que contém áreas consideravelmente antropizadas. Constituindo zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanentes da UC.

Objetivo Geral

O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área. Esta zona permite uso público de baixo impacto.

Descrição e Objetivos Específicos

Áreas da UC consideravelmente antropizadas. Constituindo zona provisória, tem como objetivo serem restauradas e incorporadas novamente a uma das zonas permanentes da UC.

O PN Mapinguari possui 6 zonas de recuperação, sendo elas:

1. **ZR 1** – Transamazônica;
2. **ZR 2** – Cancão-da-campina;
3. **ZR 3** – Punicici;
4. **ZR 4** – Ciriqiqui;
5. **ZR 5** – São Lourenço;
6. **ZR 6** – Muralha.

Essas áreas somam um total de 66.707 hectares, que correspondem a 3,75% da área total do PN Mapinguari, conforme apresentado na tabela 34.

Tabela 34. Zona de recuperação, suas subdivisões e respectivas áreas

ZONA	NOME	ÁREA (Ha)
RECUPERAÇÃO	ZR Transamazônica	3.486,90
	ZR Cancão-da-campina	10.702,62
	ZR Punicici	6.269,89
	ZR São Lourenço	10.018,57
	ZR Malhada	33.853,50
	ZR Ciriquiqui	2.176,06
TOTAL		66.507,52

ZR 1 - Transamazônica – localizada ao longo da rodovia federal BR 230, que interliga os municípios de Humaitá e Lábrea no sul do Amazonas, em que a comunidade local tem feito uso de áreas para lavouras anuais.

ZR 2 - Cancão-da-campina – abrange áreas de cerrado e campinara convertidas em áreas de pastagem, localizadas na porção central da UC. Ressalta-se que parte dessas áreas encontram-se abandonadas e em regeneração.

ZR 3 - Punicici e ZR 4 - Ciriquiqui – são áreas que foram usadas para desenvolvimento de atividades agropecuaristas, no entanto, grande parte dessas posses já foram abandonadas e encontram-se em regeneração.

ZR 5 - São Lourenço – trata-se de área na qual eram desenvolvidas atividades de mineração anterior a ampliação do Parque Nacional Mapinguari, ocorrida em junho de 2010. Os impactos das atividades concentram-se nos canais de drenagem que conseqüentemente culminou na conversão total da paisagem.

ZR 6 - Muralha - localizada na porção sudoeste do Parque Nacional Mapinguari, incorporada aos limites da UC no processo de ampliação ocorrido em 2010. Os impactos da área se dá em razão a atividade de furto seletivo de madeira, obstrução dos corpos d'água para viabilizar a passagem de veículos pesados utilizados no transporte de madeira.

NORMAS

39. As atividades permitidas são a proteção, a pesquisa, monitoramento ambiental, educação ambiental e visitação de baixo impacto.
40. Será permitido o pernoite na ZR Muralha quando da realização das atividades de caminhadas de longo curso (travessias);
41. Não será permitida a utilização de fogueiras nas atividades de visitação nesta zona.
42. As estradas nesta zona poderão ser utilizadas para proteção, monitoramento, pesquisa, manejo, educação ambiental e visitação de baixo impacto.

7. NORMAS GERAIS

PESQUISA E REINTRODUÇÃO DE ESPÉCIES

1. É permitida a realização de pesquisas científicas, desde que autorizadas na forma da legislação vigente, observando-se principalmente a IN-IBAMA nº 154/2007 em todos os casos; a MP nº 2186-16/2001 quando houver acesso a componente do patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado; o Decreto 98.830/1990 e a Portaria MCT nº 55 de 14/03/1990, quando as pesquisas forem realizadas por estrangeiros.
2. Todo e qualquer material utilizado para pesquisas e estudos dentro da UC deverá ser retirado e o local reconstituído após a finalização dos trabalhos, exceto nos casos em que houver interesse da UC.

3. A reintrodução de espécies ou indivíduos, para enriquecimento populacional, da fauna ou flora nativa somente será permitida quando orientada por projeto técnico-científico específico, autorizado pelo órgão gestor da UC, conforme legislação vigente;
4. A soltura de espécime de fauna autóctone será permitida quando a apreensão ocorrer logo após a sua captura no interior da Unidade e/ou entorno imediato, respeitado o mesmo tipo de ambiente.

ESPÉCIES EXÓTICAS, INVASORAS E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

5. A introdução de espécies exóticas, animais e vegetais, na UC fica proibida, exceto para casos de áreas não indenizadas.
6. A restauração ou recuperação de áreas degradadas na UC, inclusive com o uso de defensivos agrícolas químicos e espécies exóticas, deverá ter projeto específico previamente aprovado pelo órgão gestor da UC.
7. O controle ou erradicação de espécies exóticas de fauna e flora na UC, inclusive asselvajadas, deverá ser realizada mediante pesquisa e projeto autorizados pelo órgão gestor.

INFRAESTRUTURA

8. Não são permitidas a instalação de torres de comunicação, radiocomunicação e transmissão de dados, no interior da UC, excetuando-se aquelas necessárias à gestão, às quais não poderão ser utilizadas para outros fins que não sejam de interesse da UC.
9. Não é permitido a realização de obras de infraestruturas que possam causar danos biofísicos à UC, exceto em casos de interesse da gestão da UC.
10. Todas as obras de engenharia ou infraestruturas necessárias à gestão da UC devem considerar a adoção de alternativas de baixo impacto ambiental durante a construção, bem como a sua utilização posterior, incluindo economia de materiais, água, energia, aquecimento solar, ventilação cruzada, disposição e tratamento de resíduos, harmonização com a paisagem, entre outros.
11. Toda infraestrutura existente na UC que possa gerar resíduos sanitários deverá contar com um tratamento adequado, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos.
12. Os arranjos paisagísticos das instalações da UC deverão dar preferência às espécies locais.
13. Quando for necessária a instalação de linha de transmissão/ distribuição de energia para atendimento as instalações da UC, ela deverá ser preferencialmente subterrânea.

VISITAÇÃO E SINALIZAÇÃO

14. Os visitantes deverão ser informados sobre as normas de segurança e condutas na UC.
15. Dependendo da natureza da atividade a ser desenvolvida, será exigida do visitante a assinatura de um termo de responsabilidade e de riscos sobre os procedimentos e condutas durante sua visita à área, devendo este reconhecer os riscos inerentes que a atividade apresenta.
16. O comércio e consumo de alimentos e bebidas será permitido nas áreas de visitação na UC, em locais pré-definidos, conforme Plano de Uso Público.
17. É proibida a instalação de placas ou quaisquer formas de comunicação visual ou de publicidade e propaganda que não tenham relação direta com as atividades de gestão ou com os objetivos da UC, excetuando-se os casos que se aplicarem às áreas não indenizadas.

EVENTOS ESPORTIVOS

18. A realização de atividades esportivas poderá ser autorizada pelo órgão gestor da UC, desde que a atividade seja compatível com os objetivos da unidade de conservação e após a avaliação dos impactos negativos da atividade, conforme projeto técnico apresentado previamente pelo interessado
19. São permitidos somente competições esportivas não motorizadas, tais como corridas de aventura, torneios de esporte de natureza, enduros de regularidade, entre outros, com autorização prévia do órgão gestor da UC, respeitando o zoneamento e as condições do ambiente da UC.

ANIMAIS DOMÉSTICOS

20. Fica proibido o ingresso e permanência na UC de pessoas acompanhadas de animais domésticos, bem como animais domesticados e/ou amansados, exceto nos casos de ocupantes de áreas não indenizadas e pessoas portadoras de deficiência visual acompanhada de cão-guia.

USO TEMPORÁRIO DE RECURSOS

21. Serão permitidas as atividades de extrativismo (coleta de castanha-do-brasil), somente conforme previsto em Termo de Compromisso, a partir de processos participativos e dialogados;
22. As estruturas e atividades desenvolvidas pelos extrativistas serão regidas por Termo de Compromisso, a partir de processos participativos e dialogados.

USO DO FOGO E MINERAÇÃO

23. É proibido o uso de fogo na UC, exceto nas seguintes situações: a) Emprego da queima controlada, em conformidade com o estabelecido neste plano de manejo e nos Termos de Compromisso; b) Em atividades da UC relativas ao manejo do fogo, como ações de prevenção, combate e controle dos incêndios florestais, bem como ao manejo integrado do fogo (MIF); c) Atividades de pesquisa científica devidamente autorizada e realizada por instituição de pesquisa reconhecida, mediante prévia autorização do órgão gestor da UC; e d) Nas atividades de visitação, conforme previsto nas normas do zoneamento.
24. A mineração é proibida em todo o território do PN Mapinguari.

ATIVIDADES MILITARES

25. Fica garantida, em toda a área do PN Mapinguari, nos termos do art. 1º, do Decreto nº 4.411/2002: a) a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamento, estacionamentos, patrulhamento e demais operações e atividades, indispensáveis a segurança e integridade do território nacional; b) a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infraestruturas e logísticas necessárias; c) a implantação de programas e projetos de controle e ocupação da fronteira.
26. O treinamento militar em áreas terrestres será permitido, mediante comunicação prévia ao PN Mapinguari, desde que respeitadas às normas pertinentes.

EQUIPAMENTOS AÉREOS E SOBREVOS

27. É proibida a manobra de aeronaves e máquinas no interior da UC ou mesmo parte delas quando envolvidas na aplicação de defensivos agrícolas químico ou biológico (agrotóxicos e biocidas).
28. É proibido o descarte de combustível e outros líquidos contaminantes, durante a execução de manobras por qualquer tipo de aeronave sobre a UC.
29. O uso de drones na UC poderá ser permitido mediante autorização do órgão gestor.

ÁREAS NÃO REGULARIZADAS

30. Após a conclusão dos processos de desapropriação, as estruturas que não forem aproveitadas para a gestão da UC deverão ser demolidas.
31. Será permitido ao proprietário não indenizado manter suas atividades no patamar em que se encontravam à época da criação da UC, atendidas as determinações do ICMBio quanto ao estabelecimento de medidas que diminuam ou mesmo evitem a consumação de danos à biota protegida, sendo que quaisquer reformas ou ampliações de estruturas já existente devem ser precedidas de autorização da UC.
32. É vedada a abertura de novas áreas de usos, mesmo quando se tratar de emancipação familiar.

- 33.É vedada a negociação ou a transferência dos direitos possessórios e de benfeitorias após a criação do Parque Nacional Mapinguari.
- 34.A unidade de conservação de que trata este Plano de Manejo, que por se localizar na faixa de fronteira, área indispensável à segurança nacional, não poderá ser gerida por organizações da sociedade civil nacionais ou estrangeiras.

8. MONITORAMENTO DO PLANO DE MANEJO

Na perspectiva do modelo de gestão para resultados e da abordagem adaptativa adotados neste planejamento, o monitoramento deste Plano de Manejo deverá ser feito com base em avaliações sob quatro perspectivas:

1. **Avaliação do Modelo Conceitual:** Deverá ser feito à medida que forem sendo aportadas novas ou melhores informações relevantes do ponto de vista da gestão da Unidade ou sanadas lacunas de conhecimento sobre a dinâmica da UC, inexistentes no momento de elaboração deste Plano de Manejo, e que contribuam para elaboração de um quadro mais completo e consistente da realidade da UC. Essa avaliação deverá buscar acomodar o Modelo Conceitual à dinâmica real e mais atualizada da UC. Na Avaliação dos resultados esperados e metas, essa atualização do Modelo Conceitual deverá ser levada em consideração.
 - Frequência desejada: constante
 - Atividades relacionadas: Disponibilização do modelo conceitual no escritório da UC, visando à contínua internalização e atualização do proposto por toda a equipe gestora.
2. **Avaliação dos Resultados Esperados e Metas:** A equipe gestora deverá avaliar o cumprimento das metas referentes às estratégias propostas, e dos resultados esperados elencados neste planejamento. A equipe deverá buscar formas de avaliar a redução do impacto nas ameaças críticas da UC com base nas estratégias propostas. Ao final desta avaliação, poderão ser feitos ainda ajustes nas Estratégias, Metas e Resultados Esperados em função da sua pertinência em relação à realidade da UC ao momento do monitoramento, ou mesmo dos resultados obtidos. Uma vez que as os resultados esperados sejam alcançados, assim como os objetivos previstos para as estratégias, a equipe deverá definir novas estratégias (do modelo conceitual) a serem priorizadas, de acordo com a situação dos alvos e ameaças.
 - Frequência desejada: anual
 - Atividades relacionadas: Reunião anual da equipe da UC, podendo contar com a participação da Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo (COMAN) e demais coordenações pertinentes às demandas do monitoramento.
3. **Avaliação dos Programas de Gestão:** Com base nas avaliações do Modelo Conceitual e das Metas, além do acúmulo de experiências na implementação da Unidade de Conservação, deverão ser avaliados os Programas de Gestão em função das necessidades de adequações.
 - Frequência desejada: Avaliação periódica, de acordo com as metas de implantação dos programas e da necessidade de revisão das atividades previstas inicialmente neste plano de manejo.
 - Atividades relacionadas: Reunião periódica da equipe da UC, podendo contar com a participação de outras Coordenações do ICMBio correlatas.
4. **Avaliação do Programa de Uso Público:** O programa de Uso Público deverá ter uma atenção especial, tendo em vista que se trata de uma das principais demandas da UC em relação ao entorno e este prevê o desenvolvimento de atividades que necessitam de monitoramentos constante em relação aos impactos (positivos e negativos) no que tange à conservação da biodiversidade e recursos naturais da UC.
 - Frequência desejada: Avaliação periódica, de acordo com as diretrizes, normas, regras e metas estabelecidas no Plano de Uso Público.

- Atividades relacionadas: Reunião periódica da equipe da UC, podendo contar com a participação da CGEUP, além de reuniões periódicas junto à câmara técnica de Turismo do Conselho Consultivo (a ser formada) e junto ao trade turístico local para avaliação do processo de implantação e desenvolvimento do Programa de Uso Público do PN Matinguari.
5. Avaliação dos Resultados de Conservação: A real avaliação da implementação da UC com base neste Plano de Manejo está relacionada ao alcance dos resultados de conservação desejados. Nesta perspectiva, deverão ser monitorados os alvos de conservação com base nos Atributos Ecológicos-Chave e nos parâmetros de Viabilidade dos alvos de conservação, a serem definidos conforme priorização feita no programa de Conhecimento. Apesar de demandar maior conhecimento técnico-específico e esforço de monitoramento, a avaliação é a mais crucial para verificar o cumprimento dos Objetivos Específicos do PN Matinguari, enquanto Unidade de Conservação.
- Frequência desejada: Tendo a definição dos atributos ecológicos chave, dos parâmetros de viabilidade dos alvos e do protocolo de monitoramento ambiental, o monitoramento de cada alvo deverá ser constante (com base no estabelecido nos protocolos de monitoramento). A discussão dos resultados deverá ocorrer anualmente, junto com a Avaliação das Metas.
 - Atividades Relacionadas: Reuniões para avaliação dos resultados de conservação dos alvos, da equipe gestora e parceiros (conforme os protocolos adotados), podendo contar com a participação de outros pesquisadores e outras coordenações correlatas.

Todo o monitoramento deverá ser registrado, ter anuência da gestão da UC e ser instruído em processo específico com tal finalidade no âmbito da UC

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Brasília, 2000.

ICMBIO/ MMA – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico Ambiental para Subsidiar a Elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319) – Diagnóstico Ambiental do PN Matinguari**. Brasília, 2016.

ICMBIO/ MMA – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente. **Relatório Consolidado Do Diagnóstico Ambiental Interflúvio Purus-Madeira Versão Final**. Brasília, 2016

ICMBIO/ MMA – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente. **Desenho do Processo de Planejamento para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus – Madeira (BR 319)**. Brasília.

ICMBIO/ MMA – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente. **Estudo e Mapeamento de Paisagens Natural das Unidades de Conservação Federal do Interflúvio dos Rios Purus-Madeira (área sob influência da BR-319)**. Brasília, 2015.

ICMBIO/ MMA – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente. **Relatório da Oficina de Uso Público do Parque Nacional Matinguari**. Brasília, 2016.

ICMBIO/ MMA – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente. **Oficina de Capacitação em Consolidação do Diagnóstico – Processo de Planejamento para os Planos de Manejo para as Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319)**. Porto Velho, 2015.

ICMBIO/ MMA – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico socioeconômico do PN Mapinguari**. Brasília, 2016.

ICMBIO/ MMA – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente. **Relatório Reunião Extraordinária Conselho Consultivo Parque Nacional Mapinguari**. Porto Velho, 2016.

Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA. **Série Cadernos Arpa – 1. Recomendações para o Planejamento de Unidades de Conservação no Bioma Amazônia**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2009.

USAID FROM DE AMERICAN PEOPLE/ THE CONSERVATION MEASURES PARTNERSHIP, **Padrões Abertos para a Prática da Conservação, Versão 2.0**. Desenvolvida pela Aliança para as Medidas de Conservação (The Conservation Measures Partnership). Membros principais: African Wildlife Foundation (AWF); The Nature Conservancy (TNC); Wildlife Conservation Society (WCS); World Wide Fund for Nature/World Wildlife Fund (WWF). Membros colaboradores: Cambridge Conservation Forum (CCF); Conservation International (CI); Enterprise Works Worldwide (EWW); Foundations of Success (FOS); The National Fish and Wildlife Foundation (NFWF); The World Conservation Union (IUCN); RARE; World Commission on Protected Areas (WCPA/IUCN). Junho de 2007.

10. ANEXOS

Anexo 1. Modelo Conceitual PN Mapinguari

Anexo 2. Estratégias e Cadeias de Resultados do PN Mapinguari

Anexo 3. Programas Especiais do PN Mapinguari

Anexo 4. Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção relacionados com o Interflúvio Purus-Madeira

Anexo 5. Tabela ROVAP PN Mapinguari

Anexo 6. Mapas gerais do Zoneamento do PN Mapinguari

Anexo 10. Memoriais descritivos do PN Mapinguari